



CÂMARA DOS DEPUTADOS

APENSADOS

AUTOR:
(DO PODER EXECUTIVO)

Nº DE ORIGEM:
MSC 1.087/00

EMENTA:

Autoriza a transferência das cotas representativas da participação da União no capital da empresa "Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Conceição Ltda".

DESPACHO:

10/08/2000 - (ÀS COMISSÕES DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)

Plenário

ENCAMINHAMENTO INICIAL:

AO ARQUIVO, EM 21/09/00

REGIME DE TRAMITAÇÃO PRIORIDADE

COMISSÃO	DATA/ENTRADA
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /

PRAZO DE EMENDAS

COMISSÃO	INÍCIO	TÉRMINO
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /

DISTRIBUIÇÃO / REDISTRIBUIÇÃO / VISTA

A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:
Comissão de:	Em: / /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:
Comissão de:	Em: / /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:
Comissão de:	Em: / /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:
Comissão de:	Em: / /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:
Comissão de:	Em: / /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:
Comissão de:	Em: / /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:
Comissão de:	Em: / /

PROJETO DE LEI Nº 3.464 DE 2000

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 3.464, DE 2000
(DO PODER EXECUTIVO)
MENSAGEM Nº 1.087/00



Autoriza a transferência das cotas representativas da participação da União no capital da empresa "Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Conceição Ltda".

(ÀS COMISSÕES DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a doar, sem encargos, ao Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A., as 100.000 (cem mil) cotas representativas da participação da União no capital social da empresa Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Conceição Ltda.

Art. 2º Fica o Ministério da Saúde, juntamente com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional do Ministério da Fazenda, autorizado a adotar as medidas necessárias à transferência de que trata o art. 1º desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,



Mensagem nº 1.087

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado, interino, da Saúde, o texto do projeto de lei que "Autoriza a transferência das cotas representativas da participação da União no capital da empresa "Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Conceição Ltda".

Brasília, 8 de agosto de 2000.



EM nº 079/GM

Em 15 de outubro de 1999

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o incluso projeto de lei, que tem por escopo obter autorização legislativa para a formalização dos atos que se fazem necessários para concluir a extinção da empresa Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Conceição Ltda. (SAE), que se encontra desativada desde 1985.

A empresa em extinção integra o patrimônio da União, em razão do que foi pactuado pelo Instrumento Particular de Transação celebrado pela União e pelo Espólio de Jahyr Boeira de Almeida e outros, nos autos da Apelação Cível nº 89.04.00154-4, em que foram partes acionistas do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A., Hospital Cristo Redentor S.A. e Hospital Fêmeina S.A., desapropriados em 51% das ações constitutivas daquelas sociedades, nos termos do Decreto nº 75.403, de 20.2.75, alterado pelo Decreto nº 75.457, de 7.3.75.

Conforme formalizado no Termo de Transação (Cláusula III, fls. 2551), foram transferidas à União pelo espólio de Jahyr Boeira de Almeida, com a concordância dos respectivos herdeiros, 100.000 quotas da Empresa Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Conceição Ltda., tornando-se a União sócia minoritária dessa sociedade, que também tinha como quotistas o Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A., com 300.000 quotas (Sócio-Gerente), e o Hospital Cristo Redentor S.A., também com 300.000 quotas, num total de 700.000 quotas.

A empresa em extinção atuava no transporte aéreo de enfermos, medicamentos e serviços correlatos, vinculados à sua especialidade, de assistência médica e sanitária no território nacional. O Tribunal de Contas da União, por reiteradas vezes, ao examinar as contas da empresa em extinção, recomendou sua imediata liquidação. Na sessão de 14.3.91, ao examinar o processo de prestação de contas dos Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Conceição Ltda., referente ao exercício de 1989, a egrégia Corte "resolveu julgar regulares as aludidas contas sem ressalvas, dando quitação aos responsáveis, e sem prejuízo de recomendação no sentido de imediata liquidação da empresa, uma vez que se encontra completamente desativada, no tocante ao cumprimento de seu objetivo social, desde 1985."



Em duas oportunidades já houve nomeação de representante da União para as medidas necessárias à extinção da mencionada empresa. Com efeito, a Portaria MS nº 1.085, de 13.8.90, publicada em 15.8.90, designou o Dr. Telmo Marques Weber para administrar os bens da empresa e a Portaria MS nº 965, publicada em 5.6.95, designou o Sr. Rogério Pires para propor as medidas necessárias à extinção da mesma.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, no Parecer PGFN/CRF Nº 726/91, esclareceu que o Procurador-Geral da Fazenda Nacional, ou Procurador da Fazenda Nacional por ele designado, poderia representar a União na assinatura do distrato social, como solicitado pelo Superintendente do Grupo Hospitalar Conceição, para atender à recomendação da Inspeção de Controle Externo do Tribunal de Contas da União – TCU, e no Parecer CRF/Nº 294/92, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, analisando minuta de distrato social encaminhada pelo Representante da União junto àquelas empresas, reportou-se ao parecer anterior e manifestou-se no sentido de que o Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A., na qualidade de Sócio-Gerente da empresa em extinção, deveria proceder à elaboração de projeto de lei autorizativa da transferência das quotas representativas da participação da União na empresa em extinção, para apreciação do Ministro da Saúde.

O Consultor Jurídico do Ministério da Saúde entendeu estar a medida sob o pálio da conveniência e da oportunidade, no campo discricionário, tendo como respaldo os argumentos que fundamentam a decisão do TCU (cf. Parecer nº 138/93, de 27.3.93, exarado no Processo nº 25000.013961/93-04).

O Departamento de Extinção e Liquidação, da Secretaria de Recursos e Tecnologia da Informação do então Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), após análise do assunto, emitiu, em 4/6/97, a Nota Informativa Deliq. nº 32, onde afirma a necessidade de autorização legislativa, de acordo com o disposto no § 2º do artigo 105 da Lei nº 4.320, de 17/3/64, ficando a cargo do Ministro da Saúde promover a deflagração do processo, ou das medidas de extinção da sociedade, com a conseqüente baixa nos registros da Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul.

Essas são as razões pelas quais proponho a Vossa Excelência o envio do projeto de lei ao Poder Legislativo, ou que determine a inclusão de seu texto em medida provisória, para obtenção dos meios legais com vistas a extinguir definitivamente a empresa Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Conceição Ltda.

Respeitosamente,

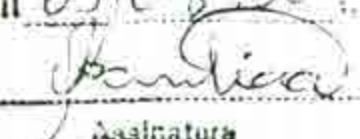
BARJAS NEGRI
Ministro de Estado da Saúde, interino

724

PRIMEIRA SECRETARIA

RECEBIDO nesta Secretaria

Em 09/08/2000 às 11:37 horas


Assinatura

4.398
posto



Aviso nº 1.326 - C. Civil.

Em 8 de agosto de 2000.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República relativa a projeto de lei que "Autoriza a transferência das cotas representativas da participação da União no capital da empresa "Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Conceição Ltda".

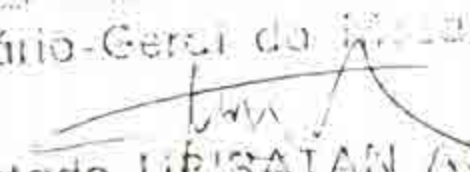
Atenciosamente,



PEDRO PARENTE
Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

PRIMEIRA SECRETARIA

Em 09/08/2000 Ao Senhor
Secretário-Geral da Presidência


Deputado UBIRATAN AGUIAR
Primeiro Secretário

A Sua Excelência o Senhor
Deputado UBIRATAN AGUIAR
Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados
BRÁSILIA-DF.



CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

TÍTULO IV DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

CAPÍTULO I DO PODER LEGISLATIVO

Seção VIII Do Processo Legislativo

Subseção III Das Leis

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;

* Alínea "c" com redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 05/02/1998.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS—CeDI



d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública;

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva.

** Alínea "f" acrescida pela Emenda Constitucional nº 18, de 05 02 1998.*

§ 2º A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

.....

.....



DECRETO Nº 75.403, DE 20 DE FEVEREIRO DE 1975.

(Revogado pelo Decreto s n de 10 05 1991)

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, AS AÇÕES CONSTITUTIVAS DO CAPITAL DA SOCIEDADES ANÔNIMAS DENOMINADAS HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A., HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A., HOSPITAL FÊMINA S.A., E HOSPITAL CRISTO REDENTOR S.A., E AS QUOTAS CONSTITUTIVAS DO CAPITAL DA SOCIEDADE SERVIÇOS AÉREOS ESPECIALIZADOS MÉDICO-HOSPITALAR LIMITADA.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 81, item III, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

Considerando que as empresas Hospital Senhora da Conceição S.A., Hospital Fêmina S.A., Hospital Cristo Redentor S.A. e Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Limitada, integrantes do chamado Grupo Hospitalar Conceição, são responsáveis em seu conjunto, pelo mais amplo atendimento médico-hospitalar vinculado à Previdência Social, no Estado do Rio Grande do Sul;

Considerando que os serviços de assistência médica, a cargo do Sistema Previdenciário Federal, mesmo quando prestados por intermédio de particulares, em convênio com a Previdência Social, não perdem a natureza de serviço público;

Considerando que essas entidades prestam serviços que se enquadram entre as hipóteses de desapropriação previstas pelo Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941;

Considerando que a direção dessas entidades, em caráter oficial, comunicou à Superintendência Regional do Instituto Nacional de Previdência Social, no Rio Grande do Sul, a decisão de suspender o atendimento médico-hospitalar prestado à Previdência Social, criando, assim, uma situação de fato que impõe legítima a pronta intervenção do Poder Público para resguardar o interesse coletivo;

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI



Considerando, finalmente, que a desapropriação das ações dessas propriedades constitui medida legal adequada para garantir, através da gestão das referidas entidades, não só a continuidade como também, expansão desses serviços assistências que constituem atribuição legal do Sistema Previdenciário Federal;

DECRETA:

Art 1º Ficam declaradas de utilidade pública, para desapropriação pela União, na forma do artigo 5º, alínea " g ", do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as ações constitutivas do capital das sociedades anônimas Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A., Hospital Fêmina S.A. e Hospital Cristo Redentor S.A., e as quotas constitutivas do capital da sociedade Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Limitada, sediadas no Estado do Rio Grande do Sul.

Art 2º Na forma e para os efeitos do artigo 15, do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, a desapropriação das ações de que trata este Decreto é declarada de caráter urgente.

Art 3º A desapropriação judicial autorizada por este Decreto será promovida pelo Ministério Público da União.

Art 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de fevereiro de 1975; 154º da Independência e 87º da República.

ERNESTO GEISEL

L. G. do Nascimento e Silva



DECRETO DE 10 DE MAIO DE 1991.

RESSALVA OS EFEITOS JURÍDICOS DOS ATOS DECLARATÓRIOS DE INTERESSE SOCIAL OU DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO OU INSTITUIÇÃO DE SERVIDÃO ADMINISTRATIVA, MANTÉM AUTORIZAÇÕES PARA FUNCIONAMENTO DE EMPRESAS AOS DOMINGOS E FERIADOS, E REVOGA OS DECRETOS QUE MENCIONA.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no Decreto-Lei n° 3.365, de 21 de junho de 1941, e nas Leis n°s 605, de 5 de janeiro de 1949, e 4.504, de 30 de novembro de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Ficam ressalvados os efeitos jurídicos dos atos declaratórios de interesse social ou de utilidade pública para fins de desapropriação ou instituição de servidão administrativa relativas a processos judiciais em curso ou àqueles transitados em julgado há menos de dois anos da vigência deste decreto.

Art. 2º Ficam mantidas as autorizações outorgadas mediante decreto a empresas, para funcionarem aos domingos e feriados, civis e religiosos.

Parágrafo único. O Ministro de Estado do Trabalho e da Previdência Social declarará, mediante portaria, as autorizações de que trata este artigo.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Declaram-se revogados os decretos relacionados no anexo.

Brasília, 10 de maio de 1991; 170º da Independência e 103º da República.

FERNANDO COLLOR

Jarbas Passarinho

Mário César Flores

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI



Carlos Tinoco Ribeiro Gomes

Sócrates da Costa Monteiro

Antonio Cabrera

Antonio Magri

João Eduardo Cerdeira de Santana

ANEXO

(Decreto de 10 de maio de 1991)

.....
75.397, de 18 de Fevereiro de 1975;
75.403, de 20 de Fevereiro de 1975;
75.415, de 25 de Fevereiro de 1975;
.....
.....



DECRETO Nº 75.457, DE 7 DE MARÇO DE 1975.

(Revogado pelo Decreto s/n de 10/05/1991)

ALTERA DISPOSITIVOS DO DECRETO NÚMERO 75.408, DE 20 DE FEVEREIRO DE 1975, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição e nos termos do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

CONSIDERANDO que o recurso à desapropriação somente dever ser exercido nos estritos limites da necessidade ou utilidade pública e do interesse social;

CONSIDERANDO que a desapropriação da totalidade das ações constitutivas do capital social das empresas do Grupo Hospitalar Conceição foi autorizada pelo Decreto nº 75.403, de 20 de fevereiro de 1975, para garantir, plenamente, a continuidade dos serviços prestados à Previdência Social;

CONSIDERANDO que, após imitir-se na posse provisória dos bens dessas empresas, a União Federal verificou que a continuidade daqueles serviços pode ser garantida, com eficácia, mediante o simples controle administrativo dos Hospitais integrantes do Grupo, sem necessidade de desapropriar, também, a Sociedade Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Ltda.;

CONSIDERANDO que para exercer esse controle administrativo é necessário desapropriar apenas 51% (cinquenta e um por cento) das ações constitutivas do capital social efetivamente integralizado ou realizado, sem necessidade de extinguir as respectivas empresas; e

CONSIDERANDO, finalmente, que a extinção dessas empresas, reconhecidamente desnecessária, não seria compatível com a política governamental de apoio à iniciativa privada.

DECRETA:

Art 1º O artigo 1º do Decreto número 75.403, de 20 de fevereiro de 1975, passa a vigorar com a seguinte redação:

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI



"Art. 1º Ficam declaradas de utilidade pública, para desapropriação pela União, na forma do artigo 5º, alínea " g ", do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, 51% (cinquenta e um por cento) das ações constitutivas do capital efetivamente integralizado ou realizado das sociedades anônimas Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A., Hospital Fêmina S.A. e Hospital Cristo Redentor S.A., sediadas no Estado do Rio Grande do Sul".

Art 2º A desapropriação incidirá sobre o número de ações necessário a compor o percentual estabelecido no artigo anterior, distribuindo-se proporcionalmente ao número de ações de cada acionista e arredondando-se as frações para a unidade imediatamente superior.

Art 3º Para fixar-se o valor das ações desapropriadas, aplicar-se-á o critério estabelecido no artigo 107 do Decreto-lei nº 2.627, de 26 de setembro de 1940.

Art 4º Mantidas as demais disposições do Decreto nº 75.403, de 20 de fevereiro de 1975, o presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 7 de março de 1975: 154º da Independência e 87º da República.

ERNESTO GEISEL

L. G. do Nascimento e Silva



DECRETO DE 10 DE MAIO DE 1991.

RESSALVA OS EFEITOS JURÍDICOS DOS ATOS DECLARATÓRIOS DE INTERESSE SOCIAL OU DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO OU INSTITUIÇÃO DE SERVIDÃO ADMINISTRATIVA, MANTÉM AUTORIZAÇÕES PARA FUNCIONAMENTO DE EMPRESAS AOS DOMINGOS E FERIADOS. E REVOGA OS DECRETOS QUE MENCIONA.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e nas Leis nºs 605, de 5 de janeiro de 1949, e 4.504, de 30 de novembro de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Ficam ressalvados os efeitos jurídicos dos atos declaratórios de interesse social ou de utilidade pública para fins de desapropriação ou instituição de servidão administrativa relativas a processos judiciais em curso ou àqueles transitados em julgado há menos de dois anos da vigência deste decreto.

Art. 2º Ficam mantidas as autorizações outorgadas mediante decreto a empresas, para funcionarem aos domingos e feriados, civis e religiosos.

Parágrafo único. O Ministro de Estado do Trabalho e da Previdência Social declarará, mediante portaria, as autorizações de que trata este artigo.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Declaram-se revogados os decretos relacionados no anexo.

Brasília, 10 de maio de 1991; 170º da Independência e 103º da República.

FERNANDO COLLOR

Jarbas Passarinho

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS – CEDI



Mário César Flores

Carlos Tinoco Ribeiro Gomes

Sócrates da Costa Monteiro

Antonio Cabrera

Antonio Magri

João Eduardo Cerdeira de Santana

ANEXO

(Decreto de 10 de maio de 1991)

.....
75.429, de 27 de fevereiro de 1975;

75.457, de 7 de março de 1975;

75.460, de 7 de março de 1975;

.....

.....



LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964.

ESTATUI NORMAS GERAIS DE DIREITO
FINANCEIRO PARA ELABORAÇÃO E CONTROLE
DOS ORÇAMENTOS E BALANÇOS DA UNIÃO,
DOS ESTADOS, DOS MUNICÍPIOS E DO
DISTRITO FEDERAL.

TÍTULO IX
DA CONTABILIDADE

CAPÍTULO IV
DOS BALANÇOS

Art. 105. O Balanço Patrimonial demonstrará:

I - o Ativo Financeiro;

II - o Ativo Permanente;

III - o Passivo Financeiro;

IV - o Passivo Permanente;

V - o Saldo Patrimonial;

VI - as Contas de Compensação.

§ 1º O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.

§ 2º O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

§ 3º O Passivo Financeiro compreenderá as dívidas fundadas e outras, cujo pagamento independa de autorização orçamentária.

§ 4º O Passivo Permanente compreenderá as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

§ 5º Nas contas de compensação serão registrados os bens, valores, obrigações, e situações não compreendidas nos parágrafos anteriores e que, imediata ou indiretamente, possam vir a afetar o patrimônio.



Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIAS DE 2 DE JUNHO DE 1995

O Ministro de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto no artigo 93 da Lei nº 8.112, de 11/12/90, com a redação dada pelo artigo 22 da Lei nº 8.270, de 17/12/91, e alínea b, inciso I do item 2 da IN/SAF nº 10/93, resolve autorizar a cessão da seguinte servidora, pertencente ao Quadro de Pessoal deste Ministério, na forma abaixo indicada:

O Ministro de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições, e considerando que a União Federal é o acionista majoritário das sociedades Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A., Hospital Cristo Redentor S.A. e cotista majoritário da empresa Serviços Aéreos Especializados Médico Hospitalar Conceição Limitada, resolve:

Nº 965 - Designar ROGERIO DALFOLLO PIRES para, na qualidade de representante da União Federal, administrar os bens da empresa Serviços Aéreos Especializados Médico Hospitalar Conceição Limitada, no Estado do Rio Grande do Sul, e, no prazo de 30 (trinta) dias, propor as medidas necessárias à extinção da mesma.

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIAS DE 13 DE AGOSTO DE 1990

O Ministro de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições, e tendo em vista que permanece inalterada a situação decorrente do despacho exarado em 14 de março de 1975, pelo Juízo da 2ª Vara da Justiça Federal, no Estado do Rio Grande do Sul, concedendo à União Federal imissão provisória na posse dos bens das sociedades Hospital Nossa Senhora da Conceição S/A, Hospital Fêmina S/A, Hospital Cristo Redentor S/A e Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Limitada, cujas ações constitutivas do respectivo capital foram declaradas de utilidade pública, para fins de desapropriação, pelo Decreto nº 75.403, de 20 de fevereiro de 1975, resolve:

Nº 1.085 - Designar o Doutor TELMO MARQUES WEBER para, como representante da União Federal, administrar os bens dos Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Limitada, no Estado do Rio Grande do Sul.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

PROJETO DE LEI Nº 3.464/00

Nos termos do art. 119, **caput**, I e § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o Sr. Presidente determinou a abertura - e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas, a partir de 07/05/01, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao Projeto.

Sala da Comissão, em 15 de maio de 2001.


Anamélia Ribeiro Correia de Araújo
Secretária



PROJETO DE LEI Nº 3.464, DE 2000

Autoriza a transferência das cotas representativas da participação da União no capital da empresa "Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Conceição Ltda".

Autor: PODER EXECUTIVO

Relator: Deputado RICARDO BARROS

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 3.464, de 2000, objetiva autorizar o Poder Executivo a doar, sem encargos, ao Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A., as cem mil cotas representativas da participação da União no capital social da empresa Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Conceição Ltda.

Para tanto, dispõe que o Ministério da Saúde, juntamente com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, do Ministério da Fazenda, estarão autorizados a adotar as medidas necessárias para efetivação da transferência das referidas cotas.

Segundo a exposição de motivos que acompanha o projeto, da lavra do Sr. Ministro de Estado da Saúde, a doação se justifica pela necessidade de extinção definitiva da citada empresa, desativada desde 1985.

Compete-nos agora, na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, analisar o mérito da proposição, conforme disposto no art. 32, inciso XIII, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.



Esgotado o prazo regimental para apresentação de emendas ao projeto, nenhuma foi recebida.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A proposição sob comento visa, em última análise, à obtenção dos meios legais para extinção definitiva da empresa Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Conceição Ltda, da qual a União Federal é sócia minoritária, contando com um sétimo das cotas da sociedade.

Segundo descrito na exposição de motivos, não há porque não se fazer a doação, permitindo, desta forma, que o Poder Executivo finde o processo de liquidação da referida sociedade, “uma vez que se encontra completamente desativada, no tocante ao cumprimento de seu objetivo social, desde 1985”.

Assim, diante do exposto e tendo em vista a necessidade de autorização legislativa para que se dê andamento ao citado processo, somos pela APROVAÇÃO, no mérito, do Projeto de Lei nº 3.464, de 2000.

Sala da Comissão, em 13 de junho de 2001.


Deputado RICARDO BARROS
Relator



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 3.464, DE 2000

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou unanimemente o Projeto de Lei nº 3.464/00, nos termos do parecer do relator, Deputado Ricardo Barros.

Estiveram presentes os Senhores Deputados Freire Júnior, Presidente; Luiz Antonio Fleury e Herculano Anghinetti, Vice-presidentes; Alexandre Santos, Avenzoar Arruda, Candinho Mattos, Evandro Milhomen, Jair Meneguelli, João Tota, José Múcio Monteiro, Laíre Rosado, Luciano Castro, Paulo Paim, Pedro Celso, Pedro Corrêa, Pedro Henry, Ricardo Barros, Ricardo Rique, Vanessa Grazziotin e Wilson Braga, Titulares; Almeida de Jesus, Almerinda de Carvalho, Arnaldo Faria de Sá, Edinho Bez, Eurípedes Miranda, José Carlos Elías e Nârcio Rodrigues, Suplentes.

Sala da Comissão, em 5 de setembro de 2001.


Deputado FREIRE JÚNIOR
Presidente

***PROJETO DE LEI Nº 3.464-A, DE 2000**
(DO PODER EXECUTIVO)
MENSAGEM Nº 1.087/00

Autoriza a transferência das cotas representativas da participação da União no capital da empresa "Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Conceição Ltda"; tendo parecer da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público pela aprovação (relator: Dep. RICARDO BARROS).

(ÀS COMISSÕES DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)

**Projeto inicial publicado no DCD de 11/08/00*

**PARECER DA COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E
SERVIÇO PÚBLICO**

S U M Á R I O

- termo de recebimento de emendas
- parecer do relator
- parecer da Comissão

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 3.464-A, DE 2000

(DO PODER EXECUTIVO)

MENSAGEM Nº 1.087/00

Autoriza a transferência das cotas representativas da participação da União no capital da empresa "Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Conceição Ltda".

(ÀS COMISSÕES DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)

S U M Á R I O

I - Projeto Inicial

II - Na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público:

- termo de recebimento de emendas
- parecer do relator
- parecer da Comissão



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ofício nº 193/01 - CTASP
Publique-se.
Em 27/09/01.


AÉCIO NEVES
Presidente



Documento : 4793 - 1



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Of. Pres. nº 193/2001

Brasília, 05 de setembro de 2001.

Senhor Presidente

Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao disposto no art. 58 do Regimento Interno, a apreciação, por este Órgão Técnico, do Projeto de Lei nº 3.464, de 2000.

Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e do parecer a ele oferecido.

Atenciosamente,


Deputado **FREIRE JÚNIOR**
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Deputado **AÉCIO NEVES**

DD. Presidente da Câmara dos Deputados

N E S T A

Lote: 80
Caixa: 145
PL N° 3464/2000
26

SECRETARIA - GERAL DA	
Recebido	
Orgão	ECV nº 3322/01
Data:	27/9/01 Hora: 17
Ass:	Fenilo: 2566



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

PROJETO DE LEI Nº 3.464A/2000

Nos termos do art. 119, *caput* e inciso I do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, alterado pelo art. 1º, I, da Resolução nº 10/91, o Senhor Presidente determinou a abertura e divulgação na Ordem do Dia das Comissões, prazo para recebimento de emendas a partir de 07/11/01, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram apresentadas emendas ao projeto.

Sala da Comissão, em 14 de novembro de 2001.


REJANE SALETE MARQUES
Secretária



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

PROJETO DE LEI Nº 3.464/00

Nos termos do Art. 119, *caput*, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o Sr. Presidente da Comissão determinou a abertura e divulgação, na Ordem do Dia das Comissões, de prazo para recebimento de emendas ao substitutivo (5 sessões), no período de 24/06/2002 a 01/08/2002. Esgotado o prazo, não foram apresentadas emendas ao substitutivo.

Sala da Comissão, em 2 de agosto de 2002.


Rejane Salete Marques
Secretária



CÂMARA DOS DEPUTADOS

II
30/7/03

REQUERIMENTO 1003/03

Requer Urgência para a
apreciação do Projeto de Lei nº
3.464, de 2000.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 155 do Regimento Interno, requeremos regime de urgência na apreciação do Projeto de Lei nº 3.464, de 2000, do Poder Executivo, que "Autoriza a transferência das cotas representativas da participação da União no capital da empresa 'Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Conceição Ltda.'".

Sala das Sessões, em

PMDB

PT

PL

PPS

PSDB





COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 3.464, DE 2000

Autoriza a transferência das cotas representativas da União no capital da empresa "Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Conceição Ltda."

Autor: Poder Executivo

Relator: Deputado Paulo Magalhães

I – RELATÓRIO

O projeto acima epigrafado, em seu art. 1º, dá autorização ao Poder Executivo para que doe, sem encargos, ao Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A., as cem mil cotas representativas da participação da União no capital social da empresa Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Conceição Ltda. O Ministério da Saúde e a Procuradoria da Fazenda Nacional ficam, pelo art. 2º do Projeto, autorizados a adotar as medidas necessárias à transferência anteriormente referida.

Ao procedimento foi anexada legislação referente à desapropriação do Hospital Nossa Senhora da Conceição S. A. e à empresa Serviços Aéreos Especializados Médico-hospitalar Ltda. Também se acostou exposição de motivos do Ministro da Saúde, Sr. Barjas Negri, que se refere à necessidade de autorização legal para a liquidação da empresa Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Conceição Ltda. A liquidação dessa empresa foi recomendada pelo Tribunal de Contas da União, em sessão de 14 de março de 1991.

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público aprovou, unanimemente o Projeto ora em exame neste colegiado.



259802A212



É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Cabe a esta Comissão examinar o Projeto, quanto à constitucionalidade, à juridicidade e à técnica legislativa, consoante o disposto na alínea a do inciso III do art.32 do Regimento Interno desta Casa.

A competência do Poder Executivo para deflagrar o processo legislativo está posta pelo art.62, II, e da Constituição Federal.

O Projeto é constitucional, jurídico, ainda que apresente problemas de técnica legislativa. No art. 1º, deve-se indicar tão somente por extenso o número de quotas; e, no art. 2º, em vez de Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional do Ministério da Fazenda, basta dizer Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Essas problemas serão eliminados através de Substitutivo oferecido por esta Relatoria.

Ante o exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.464, de 2000, na forma do Substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em 12 de Junho de 2002 .


Deputado Paulo Magalhães
Relator

20178512-153





COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 3.464, DE 2000

Autoriza a transferência das cotas representativas da participação da União no capital da empresa "Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Conceição Ltda."


O CONGRESSO NACIONAL DECRETA:

Art. 1º O Poder Executivo é autorizado a doar, sem encargos, ao Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. as cem mil cotas representativas da participação da União no capital social da empresa Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Conceição Ltda.

Art. 2º Ficam o Ministério da Saúde e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional autorizados a adotar as medidas necessárias à transferência de que trata o art. 1º desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 12 de Junho de 2002.


Deputado Paulo Magalhães
Relator



259802A212



CÂMARA DOS DEPUTADOS

20178512-153



259802A212



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO**PROJETO DE LEI Nº 3.464-A, DE 2000****III - PARECER DA COMISSÃO**

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com substitutivo, do Projeto de Lei nº 3.464-A/2000, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Paulo Magalhães.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Luiz Eduardo Greenhalgh - Presidente, Patrus Ananias, Eduardo Paes e Juíza Denise Frossard - Vice-Presidentes, Aloysio Nunes Ferreira, André de Paula, André Zacharow, Antonio Carlos Biscaia, Antônio Carlos Magalhães Neto, Bispo Rodrigues, Bosco Costa, Darci Coelho, Ibrahim Abi-Ackel, Ildeu Araujo, Inaldo Leitão, Jaime Martins, João Paulo Gomes da Silva, José Divino, José Eduardo Cardozo, Júlio Delgado, Marcelo Ortiz, Maurício Quintella Lessa, Mendes Ribeiro Filho, Mendonça Prado, Paulo Magalhães, Ricardo Fiuza, Roberto Magalhães, Robson Tuma, Rubinelli, Vicente Arruda, Vicente Cascione, Vilmar Rocha, Bernardo Ariston, Bispo Wanderval, César Medeiros, Coriolano Sales, Fernando de Fabinho, Gonzaga Patriota, Heleno Silva, Ivan Ranzolin, José Pimentel, Luiz Antonio Fleury, Manato, Mauro Benevides, Paulo Afonso, Paulo Lima, Promotor Afonso Gil, Rogério Silva, Washington Luiz e Zelinda Novaes.

Sala da Comissão, em 21 de agosto de 2003.


Deputado LUIZ EDUARDO GREENHALGH
Presidente



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 3.464, DE 2000

SUBSTITUTIVO ADOTADO - CCJR

Autoriza a transferência das cotas representativas da participação da União no capital da empresa "Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Conceição Ltda."


O CONGRESSO NACIONAL DECRETA:

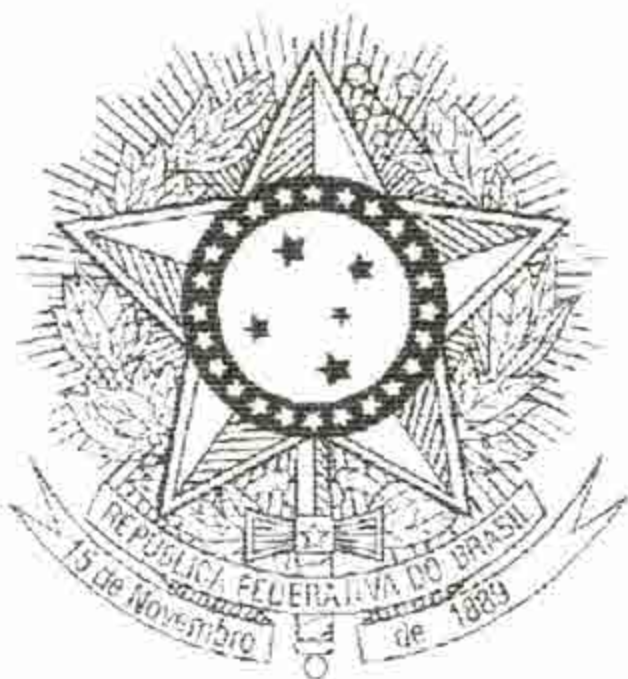
Art. 1º O Poder Executivo é autorizado a doar, sem encargos, ao Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. as cem mil cotas representativas da participação da União no capital social da empresa Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Conceição Ltda.

Art. 2º Ficam o Ministério da Saúde e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional autorizados a adotar as medidas necessárias à transferência de que trata o art. 1º desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 21 de agosto de 2003 .

Deputado 
Presidente



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 3.464-B, DE 2000

(DO PODER EXECUTIVO)

MSC 1.087/2000

Autoriza a transferência das cotas representativas da participação da União no capital da empresa "Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Conceição Ltda"; tendo pareceres: da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público pela aprovação (relator: DEP. RICARDO BARROS); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com substitutivo (relator: DEP. PAULO MAGALHÃES).

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE:

TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54)

APRECIÇÃO:

Proposição sujeita à apreciação do Plenário

SUMÁRIO

I - Projeto inicial

II - Na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público:

- parecer do relator
- parecer da Comissão

III - Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação:

- parecer do relator
- substitutivo oferecido pelo relator
- parecer da Comissão
- substitutivo adotado pela Comissão



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. 330/03 – CCJR
Publique-se
Em 27.8.03

JOÃO PAULO CUNHA
Presidente



Documento : 19784 - 2



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO


OF. Nº 330-P/2003 – CCJR

Brasília, em 21 de agosto de 2003

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para as providências regimentais cabíveis, o Projeto de Lei nº 3.464-A/00, apreciado por este Órgão Técnico, nesta data.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração.


Deputado LUIZ EDUARDO GREENHALGH
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Deputado JOÃO PAULO CUNHA
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
N E S T A

SGM-SECRETARIA		Ass: D. A. MESA	
Protocolo de Responsabilidade de Documentos			
Origem:	CCP	Ass:	4444/03
Data:	21.8.03	Ass:	
Ass:	Tom	Ponto:	L1869



CÂMARA DOS DEPUTADOS

II
Handwritten signature
30/7/03

REQUERIMENTO

1003/03

Requer Urgência para a
apreciação do Projeto de Lei nº
3.464, de 2000.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 155 do Regimento Interno, requeremos regime de urgência na apreciação do Projeto de Lei nº 3.464, de 2000, do Poder Executivo, que "Autoriza a transferência das cotas representativas da participação da União no capital da empresa 'Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Conceição Ltda.'".

Sala das Sessões, em

Handwritten signature
PMDB

Handwritten signature
PL

Handwritten signature
PDT
Handwritten signature
PSDB

Handwritten signature
PFL
PRL

Handwritten signature
PT



49ED0F0848

PL 3464/2000 - Reg. in fôcus

RESULTADO DE VOTAÇÃO:

	PAINEL	RETIFICAÇÕES	RESULTADO FINAL
SIM			268
NÃO			1
ABST.			2
TOTAL			269



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO

Antônio
30/07/03

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos regimentais, a retirada do
REQ. 1003/03 - (PL 3464/00) constante da pauta da presente Sessão.

Sala das Sessões, em *30/07/03*

João Magno

João Magno

PT



CÂMARA DOS DEPUTADOS

17h e 30m

REQUERIMENTO

Senhor Presidente,

Requeremos à Vossa Excelência, nos termos regimentais, a retirada do
PL 3.464-A/00 constante da pauta da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 31/07/03

Dep. Carlito Messias
Vice-líder do PT

16-30-65

REQUERIMENTO

Requer a retirada da
Ordem do Dia do(a) *PL 3464-B,*
de 2000.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 117, VI do
RICD, a retirada da Ordem do Dia do(a) *PL 3464-B, de 2000.*

Sala das Sessões, *30/09/2003.*



Deputado **JOSÉ CARLOS ALELUIA**
Líder do PFL

a favor
Dep. Moura Torquato



CÂMARA DOS DEPUTADOS

16h 20min

REQUERIMENTO

Requer a retirada da
Ordem do Dia do(a) *PL 3464-B,*
de 2000.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos regimentais, a
retirada da Ordem do Dia do(a) *PL 3464-B, de 2000.*

Sala das Sessões, *1º/10/2003.*

Deputado **JOSÉ CARLOS ALELUIA**
Líder do PFL

em favor:

Moroni Torgam



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
PROJETO DE LEI**

Nº 3.464, de 2000

APROVADO:


- o Substitutivo adotado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Redação (CCJR).

PREJUDICADO:

- o Projeto Inicial.

A MATÉRIA VAI AO SENADO FEDERAL.

Em 29/10/03.


Mozart Vianna de Paiva
Secretário-Geral da Mesa



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 3.464-B, DE 2000

(Do Poder Executivo)

MENSAGEM Nº 1.087/00

Autoriza a transferência das cotas representativas da participação da União no capital da empresa "Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Conceição Ltda"; tendo pareceres: da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público pela aprovação (relator: DEP. RICARDO BARROS); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com substitutivo (relator: DEP. PAULO MAGALHÃES).

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE:

**TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54)**

APRECIÇÃO:

Proposição sujeita à apreciação do Plenário

SUMÁRIO

- I - Projeto inicial
- II - Na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público:
 - parecer do relator
 - parecer da Comissão
- III - Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação:
 - parecer do relator
 - substitutivo oferecido pelo relator
 - parecer da Comissão
 - substitutivo adotado pela Comissão

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a doar, sem encargos, ao Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A., as 100.000 (cem mil) cotas representativas da participação da União no capital social da empresa Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Conceição Ltda.

Art. 2º Fica o Ministério da Saúde, juntamente com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional do Ministério da Fazenda, autorizado a adotar as medidas necessárias à transferência de que trata o art. 1º desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

Mensagem nº 1.087

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado, interino, da Saúde, o texto do projeto de lei que "Autoriza a transferência das cotas representativas da participação da União no capital da empresa "Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Conceição Ltda".



Brasília, 8 de agosto de 2000.

EM nº 079/GM

Em 15 de outubro de 1999

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o incluso projeto de lei, que tem por escopo obter autorização legislativa para a formalização dos atos que se fazem necessários para concluir a extinção da empresa Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Conceição Ltda. (SAE), que se encontra desativada desde 1985.

A empresa em extinção integra o patrimônio da União, em razão do que foi pactuado pelo Instrumento Particular de Transação celebrado pela União e pelo Espólio de Jahyr Boeira de Almeida e outros, nos autos da Apelação Cível nº 89.04.00154-4, em que foram partes acionistas do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A., Hospital Cristo Redentor S.A. e Hospital Fêmina S.A., desapropriados em 51% das ações constitutivas daquelas sociedades, nos termos do Decreto nº 75.403, de 20.2.75, alterado pelo Decreto nº 75.457, de 7.3.75.

Conforme formalizado no Termo de Transação (Cláusula III, fls. 2551), foram transferidas à União pelo espólio de Jahyr Boeira de Almeida, com a concordância dos respectivos herdeiros, 100.000 quotas da Empresa Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Conceição Ltda., tornando-se a União sócia minoritária dessa sociedade, que também tinha como quotistas o Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A., com 300.000 quotas (Sócio-Gerente), e o Hospital Cristo Redentor S.A., também com 300.000 quotas, num total de 700.000 quotas.

A empresa em extinção atuava no transporte aéreo de enfermos, medicamentos e serviços correlatos, vinculados à sua especialidade, de assistência médica e sanitária no território nacional. O Tribunal de Contas da União, por reiteradas vezes, ao examinar as contas da empresa em extinção, recomendou sua imediata liquidação. Na sessão de 14.3.91, ao examinar o processo de prestação de contas dos Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Conceição Ltda., referente ao exercício de 1989, a egrégia Corte *“resolveu julgar regulares as aludidas contas sem ressalvas, dando quitação aos responsáveis, e sem prejuízo de recomendação no sentido de imediata liquidação da empresa, uma vez que se encontra completamente desativada, no tocante ao cumprimento de seu objetivo social, desde 1985.”*

Em duas oportunidades já houve nomeação de representante da União para as medidas necessárias à extinção da mencionada empresa. Com efeito, a Portaria MS nº 1.085, de 13.8.90, publicada em 15.8.90, designou o Dr. Telmo Marques Weber para administrar os bens da empresa e a Portaria MS nº 965, publicada em 5.6.95, designou o Sr. Rogério Pires para propor as medidas necessárias à extinção da mesma.

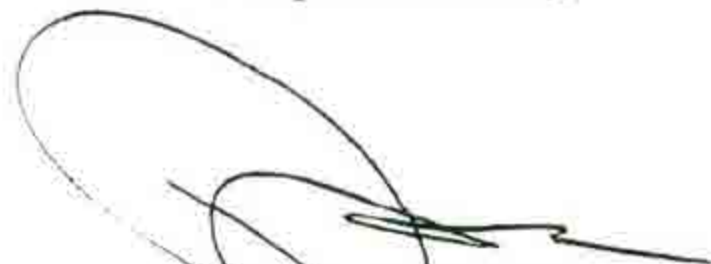
A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, no Parecer PGFN/CRF Nº 726/91, esclareceu que o Procurador-Geral da Fazenda Nacional, ou Procurador da Fazenda Nacional por ele designado, poderia representar a União na assinatura do distrato social, como solicitado pelo Superintendente do Grupo Hospitalar Conceição, para atender à recomendação da Inspeção de Controle Externo do Tribunal de Contas da União – TCU, e no Parecer CRF/Nº 294/92, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, analisando minuta de distrato social encaminhada pelo Representante da União junto àquelas empresas, reportou-se ao parecer anterior e manifestou-se no sentido de que o Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A., na qualidade de Sócio-Gerente da empresa em extinção, deveria proceder à elaboração de projeto de lei autorizativa da transferência das quotas representativas da participação da União na empresa em extinção, para apreciação do Ministro da Saúde.

O Consultor Jurídico do Ministério da Saúde entendeu estar a medida sob o pálio da conveniência e da oportunidade, no campo discricionário, tendo como respaldo os argumentos que fundamentam a decisão do TCU (cf. Parecer nº 138/93, de 27.3.93, exarado no Processo nº 25000.013961/93-04).

O Departamento de Extinção e Liquidação, da Secretaria de Recursos e Tecnologia da Informação do então Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), após análise do assunto, emitiu, em 4/6/97, a Nota Informativa Deliq. nº 32, onde afirma a necessidade de autorização legislativa, de acordo com o disposto no § 2º do artigo 105 da Lei nº 4.320, de 17/3/64, ficando a cargo do Ministro da Saúde promover a deflagração do processo, ou das medidas de extinção da sociedade, com a conseqüente baixa nos registros da Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul.

Essas são as razões pelas quais proponho a Vossa Excelência o envio do projeto de lei ao Poder Legislativo, ou que determine a inclusão de seu texto em medida provisória, para obtenção dos meios legais com vistas a extinguir definitivamente a empresa Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Conceição Ltda.

Respeitosamente,



BARIAS NEGRI
Ministro de Estado da Saúde, interino

Aviso nº 1.326 - C. Civil.

Em 8 de agosto de 2000.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República relativa a projeto de lei que "Autoriza a transferência das cotas representativas da participação da União no capital da empresa "Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Conceição Ltda".

Atenciosamente,



PEDRO PARENTE
Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

A Sua Excelência o Senhor
Deputado UBIRATAN AGUIAR
Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados
BRASÍLIA-DF.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS-CEDI

CONSTITUIÇÃO
DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988

TÍTULO IV DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

CAPÍTULO I DO PODER LEGISLATIVO

Seção VIII Do Processo Legislativo

Subseção III Das Leis

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;

* Alínea "c" com redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 05/02/1998.

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública;

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva.

* Alínea "f" acrescida pela Emenda Constitucional nº 18, de 05/02/1998.

§ 2º A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por

cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

.....

.....

DECRETO Nº 75.403, DE 20 DE FEVEREIRO DE 1975.

(Revogado pelo Decreto s/n de 10/05/1991)

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, AS AÇÕES CONSTITUTIVAS DO CAPITAL DA SOCIEDADES ANÔNIMAS DENOMINADAS HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A., HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A., HOSPITAL FÊMINA S.A., E HOSPITAL CRISTO REDENTOR S.A., E AS QUOTAS CONSTITUTIVAS DO CAPITAL DA SOCIEDADE SERVIÇOS AÉREOS ESPECIALIZADOS MÉDICO-HOSPITALAR LIMITADA.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 81, item III, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

Considerando que as empresas Hospital Senhora da Conceição S.A., Hospital Fêmina S.A., Hospital Cristo Redentor S.A. e Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Limitada, integrantes do chamado Grupo Hospitalar Conceição, são responsáveis em seu conjunto, pelo mais amplo atendimento médico-hospitalar vinculado à Previdência Social, no Estado do Rio Grande do Sul;

— Considerando que os serviços de assistência médica, a-cargo do Sistema Previdenciário Federal, mesmo quando prestados por intermédio de particulares, em convênio com a Previdência Social, não perdem a natureza de serviço público;

Considerando que essas entidades prestam serviços que se enquadram entre as hipóteses de desapropriação previstas pelo Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941;

Considerando que a direção dessas entidades, em caráter oficial, comunicou à Superintendência Regional do Instituto Nacional de Previdência Social, no Rio Grande do Sul, a decisão de suspender o atendimento médico-hospitalar prestado à

Previdência Social, criando, assim, uma situação de fato que impõe legítima a pronta intervenção do Poder Público para resguardar o interesse coletivo;

Considerando, finalmente, que a desapropriação das ações dessas propriedades constitui medida legal adequada para garantir, através da gestão das referidas entidades, não só a continuidade como também, expansão desses serviços assistências que constituem atribuição legal do Sistema Previdenciário Federal;

DECRETA:

Art 1º Ficam declaradas de utilidade pública, para desapropriação pela União, na forma do artigo 5º, alínea " g ", do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as ações constitutivas do capital das sociedades anônimas Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A., Hospital Fêmina S.A. e Hospital Cristo Redentor S.A., e as quotas constitutivas do capital da sociedade Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Limitada, sediadas no Estado do Rio Grande do Sul.

Art 2º Na forma e para os efeitos do artigo 15, do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, a desapropriação das ações de que trata este Decreto é declarada de caráter urgente.

Art 3º A desapropriação judicial autorizada por este Decreto será promovida pelo Ministério Público da União.

Art 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de fevereiro de 1975; 154º da Independência e 87º da República.
ERNESTO GEISEL

L. G. do Nascimento e Silva

DECRETO DE 10 DE MAIO DE 1991.

RESSALVA OS EFEITOS JURÍDICOS DOS ATOS DECLARATÓRIOS DE INTERESSE SOCIAL OU DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO OU INSTITUIÇÃO DE SERVIDÃO ADMINISTRATIVA, MANTÉM AUTORIZAÇÕES PARA FUNCIONAMENTO DE EMPRESAS AOS DOMINGOS E FERIADOS, E REVOGA OS DECRETOS QUE MENCIONA.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e nas Leis nºs 605, de 5 de janeiro de 1949, e 4.504, de 30 de novembro de 1964.

DECRETA:

Art. 1º Ficam ressalvados os efeitos jurídicos dos atos declaratórios de interesse social ou de utilidade pública para fins de desapropriação ou instituição de servidão administrativa relativas a processos judiciais em curso ou àqueles transitados em julgado há menos de dois anos da vigência deste decreto.

Art. 2º Ficam mantidas as autorizações outorgadas mediante decreto a empresas, para funcionarem aos domingos e feriados, civis e religiosos.

Parágrafo único. O Ministro de Estado do Trabalho e da Previdência Social declarará, mediante portaria, as autorizações de que trata este artigo.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Declaram-se revogados os decretos relacionados no anexo.

Brasília, 10 de maio de 1991: 170º da Independência e 103º da República.

FERNANDO COLLOR

Jarbas Passarinho

Mário César Flores

Carlos Tinoco Ribeiro Gomes

Sócrates da Costa Monteiro

Antonio Cabrera

Antonio Magri

João Eduardo Cerdeira de Santana

ANEXO

(Decreto de 10 de maio de 1991)

.....
75.397, de 18 de Fevereiro de 1975;

75.403, de 20 de Fevereiro de 1975;

75.415, de 25 de Fevereiro de 1975;
.....
.....

DECRETO Nº 75.457, DE 7 DE MARÇO DE 1975.

(Revogado pelo Decreto s/n de 10/05/1991).

ALTERA DISPOSITIVOS DO DECRETO NÚMERO 75.408, DE 20 DE FEVEREIRO DE 1975, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição e nos termos do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

CONSIDERANDO que o recurso à desapropriação somente dever ser exercido nos estritos limites da necessidade ou utilidade pública e do interesse social;

CONSIDERANDO que a desapropriação da totalidade das ações constitutivas do capital social das empresas do Grupo Hospitalar Conceição foi autorizada pelo Decreto nº 75.403, de 20 de fevereiro de 1975, para garantir, plenamente, a continuidade dos serviços prestados à Previdência Social;

CONSIDERANDO que, após imitir-se na posse provisória dos bens dessas empresas, a União Federal verificou que a continuidade daqueles serviços pode ser garantida, com eficácia, mediante o simples controle administrativo dos Hospitais integrantes do Grupo, sem necessidade de desapropriar, também, a Sociedade Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Ltda.;

CONSIDERANDO que para exercer esse controle administrativo é necessário desapropriar apenas 51% (cinquenta e um por cento) das ações constitutivas do capital social efetivamente integralizado ou realizado, sem necessidade de extinguir as respectivas empresas; e

CONSIDERANDO, finalmente, que a extinção dessas empresas, reconhecidamente desnecessária, não seria compatível com a política governamental de apoio à iniciativa privada.

DECRETA:

Art 1º O artigo 1º do Decreto número 75.403, de 20 de fevereiro de 1975, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Ficam declaradas de utilidade pública, para desapropriação pela União, na forma do artigo 5º, alínea " g ", do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, 51% (cinquenta e um por cento) das ações constitutivas do capital efetivamente integralizado ou realizado das sociedades anônimas Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A., Hospital Fêmina S.A. e Hospital Cristo Redentor S.A., sediadas no Estado do Rio Grande do Sul".

Art 2º A desapropriação incidirá sobre o número de ações necessário a compor o percentual estabelecido no artigo anterior, distribuindo-se proporcionalmente ao número de ações de cada acionista e arredondando-se as frações para a unidade imediatamente superior.

Art 3º Para fixar-se o valor das ações desapropriadas, aplicar-se-á o critério estabelecido no artigo 107 do Decreto-lei nº 2.627, de 26 de setembro de 1940.

Art 4º Mantidas as demais disposições do Decreto nº 75.403, de 20 de fevereiro de 1975, o presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 7 de março de 1975; 154º da Independência e 87º da República.

ERNESTO GEISEL

L. G. do Nascimento e Silva

DECRETO DE 10 DE MAIO DE 1991.

RESSALVA OS EFEITOS JURÍDICOS DOS ATOS DECLARATÓRIOS DE INTERESSE SOCIAL OU DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO OU INSTITUIÇÃO DE SERVIDÃO ADMINISTRATIVA, MANTÉM AUTORIZAÇÕES PARA FUNCIONAMENTO DE EMPRESAS AOS DOMINGOS E FERIADOS, E REVOGA OS DECRETOS QUE MENCIONA.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e nas Leis nºs 605, de 5 de janeiro de 1949, e 4.504, de 30 de novembro de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Ficam ressaltados os efeitos jurídicos dos atos declaratórios de interesse social ou de utilidade pública para fins de desapropriação ou instituição de servidão administrativa relativas a processos judiciais em curso ou àqueles transitados em julgado há menos de dois anos da vigência deste decreto.

Art. 2º Ficam mantidas as autorizações outorgadas mediante decreto a empresas, para funcionarem aos domingos e feriados, civis e religiosos.

Parágrafo único. O Ministro de Estado do Trabalho e da Previdência Social declarará, mediante portaria, as autorizações de que trata este artigo.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Declaram-se revogados os decretos relacionados no anexo.

Brasília, 10 de maio de 1991; 170º da Independência e 103º da República.
FERNANDO COLLOR

Jarbas Passarinho

Mário César Flores

Carlos Tinoco Ribeiro Gomes

Sócrates da Costa Monteiro

Antonio Cabrera

Antonio Magri

João Eduardo Cerdeira de Santana

ANEXO

(Decreto de 10 de maio de 1991)

.....
75.429, de 27 de fevereiro de 1975;

75.457, de 7 de março de 1975;

75.460, de 7 de março de 1975;
.....
.....

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964.

ESTATUI NORMAS GERAIS DE DIREITO
FINANCEIRO PARA ELABORAÇÃO E CONTROLE
DOS ORÇAMENTOS E BALANÇOS DA UNIÃO,
DOS ESTADOS, DOS MUNICÍPIOS E DO
DISTRITO FEDERAL.

..... TÍTULO IX DA CONTABILIDADE

CAPÍTULO IV DOS BALANÇOS

Art. 105. O Balanço Patrimonial demonstrará:

I - o Ativo Financeiro;

II - o Ativo Permanente;

III - o Passivo Financeiro;

IV - o Passivo Permanente;

V - o Saldo Patrimonial;

VI - as Contas de Compensação.

§ 1º O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.

§ 2º O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

§ 3º O Passivo Financeiro compreenderá as dívidas fundadas e outras, cujo pagamento independa de autorização orçamentária.

§ 4º O Passivo Permanente compreenderá as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

§ 5º Nas contas de compensação serão registrados os bens, valores, obrigações, e situações não compreendidas nos parágrafos anteriores e que, imediata ou indiretamente, possam vir a afetar o patrimônio.

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIAS DE 2 DE JUNHO DE 1995

O Ministro de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto no artigo 93 da Lei nº 8.112, de 11/12/90, com a redação dada pelo artigo 22 da Lei nº 8.270, de 17/12/91, e ainda b, inciso I do item 2 da IN/SAF nº 10/93, resolve autorizar a cessão da seguinte servidor, pertencente ao Quadro de Pessoal deste Ministério, na forma abaixo indicada:

O Ministro de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições, e considerando que a União Federal é o acionista majoritário das sociedades Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. Hospital Cristo Redentor S.A. e cotista majoritário da empresa Serviços Aéreos Especializados Médico Hospitalar Conceição Limitada, resolve:

Nº 965 - Designar ROGÉRIO DALFOLLO PIRES para, na qualidade de representante da União Federal, administrar os bens da empresa Serviços Aéreos Especializados Médico Hospitalar Conceição Limitada, no Estado do Rio Grande do Sul, e, no prazo de 30 (trinta) dias, propor as medidas necessárias à extinção da mesma.

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIAS DE 13 DE AGOSTO DE 1990

O Ministro de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições, e tendo em vista que permanece inalterada a situação decorrente do despacho exarado em 14 de março de 1975, pelo Juízo da 2ª Vara da Justiça Federal, no Estado do Rio Grande do Sul, concedendo à União Federal imissão provisória na posse dos bens das sociedades Hospital Nossa Senhora da Conceição S/A, Hospital Fêmina S/A, Hospital Cristo Redentor S/A e Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Limitada, cujas ações constitutivas do respectivo capital foram declaradas de utilidade pública, para fins de desapropriação, pelo Decreto nº 75.403, de 20 de fevereiro de 1975, resolve:

Nº 1.085 - Designar o Doutor TELMO MARQUES WEBER para, como representante da União Federal, administrar os bens dos Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Limitada, no Estado do Rio Grande do Sul.

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 3.464, de 2000, objetiva autorizar o Poder Executivo a doar, sem encargos, ao Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A., as cem mil cotas representativas da participação da União no capital social da empresa Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Conceição Ltda.

Para tanto, dispõe que o Ministério da Saúde, juntamente com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, do Ministério da Fazenda, estarão autorizados a adotar as medidas necessárias para efetivação da transferência das referidas cotas.

Segundo a exposição de motivos que acompanha o projeto, da lavra do Sr. Ministro de Estado da Saúde, a doação se justifica pela necessidade de extinção definitiva da citada empresa, desativada desde 1985.

Compete-nos agora, na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, analisar o mérito da proposição, conforme disposto no art. 32, inciso XIII, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Esgotado o prazo regimental para apresentação de emendas ao projeto, nenhuma foi recebida.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A proposição sob comento visa, em última análise, à obtenção dos meios legais para extinção definitiva da empresa Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Conceição Ltda, da qual a União Federal é sócia minoritária, contando com um sétimo das cotas da sociedade.

Segundo descrito na exposição de motivos, não há porque não se fazer a doação, permitindo, desta forma, que o Poder Executivo finde o processo de liquidação da referida sociedade, "uma vez que se encontra completamente desativada, no tocante ao cumprimento de seu objetivo social, desde 1985".

Assim, diante do exposto e tendo em vista a necessidade de autorização legislativa para que se dê andamento ao citado processo, somos pela APROVAÇÃO, no mérito, do Projeto de Lei nº 3.464, de 2000.

Sala da Comissão, em 13 de maio de 2001.


Deputado RICARDO BARROS
Relator

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou unanimemente o Projeto de Lei nº 3.464/00, nos termos do parecer do relator, Deputado Ricardo Barros.

Estiveram presentes os Senhores Deputados Freire Júnior, Presidente; Luiz Antonio Fleury e Herculano Anghinetti, Vice-presidentes; Alexandre Santos, Avenzoar Arruda, Candinho Mattos, Evandro Milhomen, Jair Meneguelli, João Tota, José Múcio Monteiro, Laire Rosado, Luciano Castro, Paulo ... Pedro Celso, Pedro Corrêa, Pedro Henry, Ricardo Barros, Ricardo Rique, Vanessa

Grazziotin e Wilson Braga, Titulares; Almeida de Jesus, Almerinda de Carvalho, Arnaldo Faria de Sá, Edinho Bez, Eurípedes Miranda, José Carlos Elias e Nârcio Rodrigues, Suplentes.

Sala da Comissão, em 5 de setembro de 2001.



Deputado FREIRE JÚNIOR
Presidente

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

I – RELATÓRIO

O projeto acima epigrafado, em seu art. 1º, dá autorização ao Poder Executivo para que doe, sem encargos, ao Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A., as cem mil cotas representativas da participação da União no capital social da empresa Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Conceição Ltda. O Ministério da Saúde e a Procuradoria da Fazenda Nacional ficam, pelo art. 2º do Projeto, autorizados a adotar as medidas necessárias à transferência anteriormente referida.

Ao procedimento foi anexada legislação referente à desapropriação do Hospital Nossa Senhora da Conceição S. A. e à empresa Serviços Aéreos Especializados Médico-hospitalar Ltda. Também se acostou exposição de motivos do Ministro da Saúde, Sr. Barjas Negri, que se refere à necessidade de autorização legal para a liquidação da empresa Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Conceição Ltda. A liquidação dessa empresa foi recomendada pelo Tribunal de Contas da União, em sessão de 14 de março de 1991.

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público aprovou, unanimemente o Projeto ora em exame neste colegiado.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR


Cabe a esta Comissão examinar o Projeto, quanto à constitucionalidade, à juridicidade e à técnica legislativa, consoante o disposto na alínea a do inciso III do art.32 do Regimento Interno desta Casa.

A competência do Poder Executivo para deflagrar o processo legislativo está posta pelo art.62, II, e da Constituição Federal.

O Projeto é constitucional, jurídico, ainda que apresente problemas de técnica legislativa. No art. 1º, deve-se indicar tão somente por extenso o número de quotas; e, no art. 2º, em vez de Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional do Ministério da Fazenda, basta dizer Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Essas problemas serão eliminados através de Substitutivo oferecido por esta Relatoria.

Ante o exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.464, de 2000, na forma do Substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em 12 de Junho de 2002.


Deputado Paulo Magalhães
Relator

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 3.464, DE 2000

Autoriza a transferência das cotas representativas da participação da União no capital da empresa "Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Conceição Ltda."

O CONGRESSO NACIONAL DECRETA:

Art. 1º O Poder Executivo é autorizado a doar, sem encargos, ao Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. as cem mil cotas representativas da participação da União no capital social da empresa Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Conceição Ltda.

Art. 2º Ficam o Ministério da Saúde e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional autorizados a adotar as medidas necessárias à transferência de que trata o art. 1º desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 12 de Junho de 2002.



Deputado Paulo Magalhães

Relator

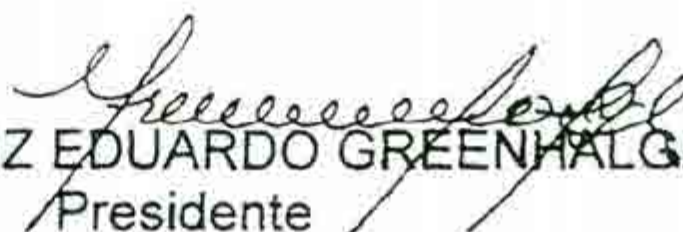
III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com substitutivo, do Projeto de Lei nº 3.464-A/2000, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Paulo Magalhães.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Luiz Eduardo Greenhalgh - Presidente, Patrus Ananias, Eduardo Paes e Juíza Denise Frossard - Vice-Presidentes, Aloysio Nunes Ferreira, André de Paula, André Zacharow, Antonio Carlos Biscaia, Antônio Carlos Magalhães Neto, Bispo Rodrigues, Bosco Costa, Darci Coelho, Ibrahim Abi-Ackel, Ildeu Araujo, Inaldo Leitão, Jaime Martins, João Paulo Gomes da Silva, José Divino, José Eduardo Cardozo, Júlio Delgado, Marcelo Ortiz, Maurício Quintella Lessa, Mendes Ribeiro Filho, Mendonça Prado, Paulo Magalhães, Ricardo Fiuza, Roberto Magalhães, Robson Tuma, Rubinelli, Vicente Arruda, Vicente Cascione, Vilmar Rocha, Bernardo Ariston, Bispo Wanderval, César Medeiros, Coriolano Sales, Fernando de Fabinho, Gonzaga Patriota, Heleno Silva, Ivan Ranzolin, José Pimentel, Luiz Antonio Fleury, Manato, Mauro Benevides, Paulo Afonso, Paulo Lima, Promotor Afonso Gil, Rogério Silva, Washington Luiz e Zelinda Novaes.

Sala da Comissão, em 21 de agosto de 2003.



Deputado LUIZ EDUARDO GREENHALGH

Presidente

SUBSTITUTIVO ADOTADO - CCJR

Autoriza a transferência das cotas representativas da participação da União no capital da empresa "Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Conceição Ltda."

O CONGRESSO NACIONAL DECRETA:

Art. 1º O Poder Executivo é autorizado a doar, sem encargos, ao Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. as cem mil cotas representativas da participação da União no capital social da empresa Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Conceição Ltda.

Art. 2º Ficam o Ministério da Saúde e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional autorizados a adotar as medidas necessárias à transferência de que trata o art. 1º desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 21 de agosto de 2003 .


Deputado LUIZ EDUARDO GREENHALGH
Presidente

Stem 2

PROJETO DE LEI Nº 3464-B, DE 2000
(DO PODER EXECUTIVO)

DISCUSSÃO, EM TURNO ÚNICO, DO PROJETO DE LEI N.º 3464, DE 2000, QUE AUTORIZA A TRANSFERÊNCIA DAS COTAS REPRESENTATIVAS DA PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO NO CAPITAL DA EMPRESA "SERVIÇOS AÉREOS ESPECIALIZADOS MÉDICO-HOSPITALAR CONCEIÇÃO LTDA", TENDO PARECER DA COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, PELA APROVAÇÃO (RELATOR: SR. RICARDO BARROS); E DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO, PELA CONSTITUCIONALIDADE, JURIDICIDADE E TÉCNICA LEGISLATIVA, COM SUBSTITUTIVO (RELATOR: SR. PAULO MAGALHÃES)

NÃO HAVENDO ORADORES INSCRITOS

DECLARO ENCERRADA A DISCUSSÃO

PASSA-SE A VOTAÇÃO

.

Item 2

**FOLHA DE INSCRIÇÃO PARA DISCUSSÃO, EM TURNO ÚNICO,
DO PROJETO DE LEI N.º 3.464, DE 2000
(TRANSFERÊNCIA DE COTAS DA EMPRESA SERVIÇOS AÉREOS ESPECIALIZADOS
MÉDICO-HOSPITALAR CONCEIÇÃO LTDA)**

FOLHA DE INSCRIÇÃO DOS ORADORES CONTRÁRIOS A MATÉRIA

1.
2.
3.
4.
5.
6.
7.
8.
9.
10.
11.
12.
13.
14.
15.
16.
17.
18.

FOLHA DE INSCRIÇÃO PARA DISCUSSÃO, EM TURNO ÚNICO,
DO PROJETO DE LEI N.º 3.464, DE 2000
(TRANSFERÊNCIA DE COTAS DA EMPRESA SERVIÇOS AÉREOS ESPECIALIZADOS
MÉDICO-HOSPITALAR CONCEIÇÃO LTDA)

RELAÇÃO DE INSCRIÇÃO DOS ORADORES A FAVOR DA MATÉRIA

1. Hercilio Ferreira Pires
2.
3.
4.
5.
6.
7.
8.
9.
10.
11.
12.
13.
14.
15.
16.
17.
18.

FOLHA DE INSCRIÇÃO PARA ENCAMINHAMENTO, EM TURNO ÚNICO,
DO PROJETO DE LEI N.º 3.464, DE 2000
(TRANSFERÊNCIA DE COTAS DA EMPRESA SERVIÇOS AÉREOS ESPECIALIZADOS
MÉDICO-HOSPITALAR CONCEIÇÃO LTDA)

RELAÇÃO DE INSCRIÇÃO DOS ORADORES CONTRÁRIOS À MATÉRIA

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6
- 7
- 8
- 9

RELAÇÃO DE INSCRIÇÃO DOS ORADORES A FAVOR DA MATÉRIA

- 1 Henrique Faria PT/AL
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6
- 7
- 8
- 9

EM VOTAÇÃO O SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO DE COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO, RESSALVADOS OS DESTAQUES.

AQUELES QUE FOREM PELA APROVAÇÃO PERMANEÇAM COMO SE ACHAM.

Ardo
29/08/03

(SE APROVADO) – ESTÁ PREJUDICADA A PROPOSIÇÃO INICIAL

EM VOTAÇÃO A REDAÇÃO FINAL.

AQUELES QUE FOREM PELA APROVAÇÃO PERMANEÇAM COMO SE ACHAM.

A MATÉRIA VAI AO SENADO FEDERAL

(SE HOUVER)

O PROJETO FOI EMENDADO

PARA OFERECER PARECER ÀS EMENDAS DE PLENÁRIO,
PELA COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E
SERVIÇO PÚBLICO, CONCEDO A PALAVRA AO DEPUTADO
RICARDO BARROS

PARA OFERECER PARECER ÀS EMENDAS DE PLENÁRIO, PELA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO,
CONCEDO A PALAVRA AO DEPUTADO **PAULO MAGALHÃES**
.....

PASSA-SE À VOTAÇÃO

EM VOTAÇÃO AS EMENDAS DE PLENÁRIO DE N.ºS
.....
..... COM PARECER
FAVORÁVEL, RESSALVADOS OS DESTAQUES.

AQUELES QUE FOREM PELA APROVAÇÃO PERMANEÇAM COMO SE ACHAM.

EM VOTAÇÃO AS EMENDAS DE PLENÁRIO DE N.ºS
.....
....., COM PARECER
CONTRÁRIO, RESSALVADOS OS DESTAQUES.

AQUELES QUE FOREM PELA APROVAÇÃO PERMANEÇAM COMO SE ACHAM.

EM VOTAÇÃO O PROJETO DE LEI N.º 3464, DE 2000,
RESSALVADOS OS DESTAQUES.

AQUELES QUE FOREM PELA APROVAÇÃO PERMANEÇAM COMO SE ACHAM.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 3.464-C, DE 2000

Autoriza a transferência das cotas representativas da participação da União no capital da empresa Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Conceição Ltda.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O Poder Executivo é autorizado a doar, sem encargos, ao Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. as cem mil cotas representativas da participação da União no capital social da empresa Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Conceição Ltda.

Art. 2º Ficam o Ministério da Saúde e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional autorizados a adotar as medidas necessárias à transferência de que trata o art. 1º desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29 de outubro de 2003.

Relator

DEP. CORIOLANO SALES

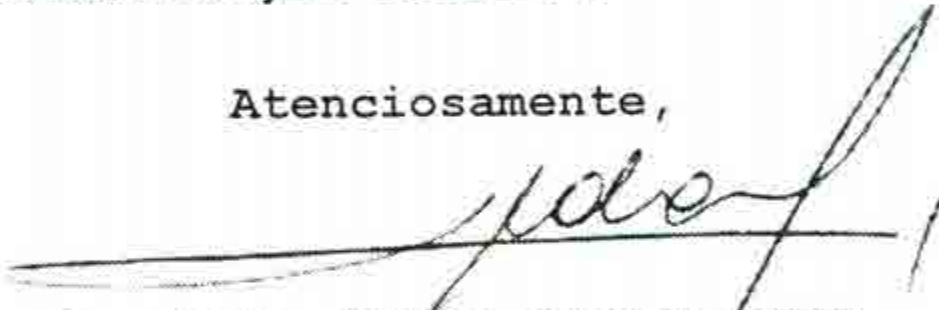
PS-GSE 969/03

Brasília, 30 de outubro de 2003

Senhor Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 134 do Regimento Comum, o incluso Projeto de Lei nº 3.464, de 2000, do Poder Executivo, que "Autoriza a transferência das cotas representativas da participação da União no capital da empresa Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Conceição Ltda.", de acordo com o caput do art. 65 da Constituição Federal.

Atenciosamente,



Deputado GEDDEL VIEIRA LIMA
Primeiro-Secretário

A Sua Excelência o Senhor
Senador ROMEU TUMA
Primeiro-Secretário do Senado Federal

N E S T A

Ofício PL do Poder Executivo

Autoriza a transferência das cotas representativas da participação da União no capital da empresa Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Conceição Ltda.

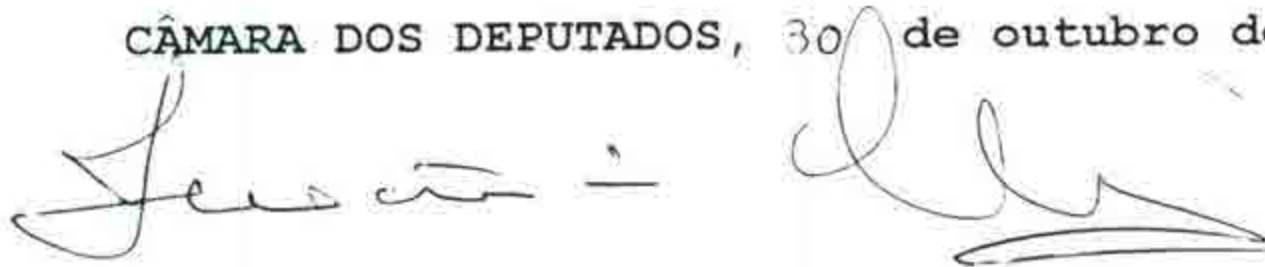
O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O Poder Executivo é autorizado a doar, sem encargos, ao Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. as cem mil cotas representativas da participação da União no capital social da empresa Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Conceição Ltda.

Art. 2º Ficam o Ministério da Saúde e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional autorizados a adotar as medidas necessárias à transferência de que trata o art. 1º desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 30 de outubro de 2003.



CAMARA DOS DEPUTADOS SEÇÃO DE SINOPSE	PROJETO DE LEI Nº 3.404	de 2000.	A U T O R:
E M E N T A		Autoriza a transferência das cotas representativas da participação da União no capital da empresa "Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Conceição Ltda".	
A N D A M E N T O		Sancionado ou promulgado	
10.08.00		<p>MESA</p> <p>Despacho: Às Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e de Constituição e Justiça e de Redação (Art. 54) - Art. 24, II.</p> <p>DCD 12/12, pág. 122, col. 1.</p> <p>COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES</p> <p>Encaminhado à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.</p>	
30.04.01		<p>COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO</p> <p>Distribuído ao relator, Dep. RICARDO BARROS.</p>	
07.05.01		<p>COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO</p> <p>Prazo para apresentação de emendas: 05 sessões.</p>	
15.05.01		<p>COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO</p> <p>Não foram apresentadas emendas.</p>	
07.08.01		<p>COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO</p> <p>Parecer favorável do relator, Dep. RICARDO BARROS.</p>	
05.09.01		<p>COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO</p> <p>Aprovado unanimemente o parecer favorável do relator, Dep. RICARDO BARROS. (PL. 3.464-A/00). DCD 06/09/01, pág. 42297, col. 02</p>	
17.09.01		<p>COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO</p> <p>Encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.</p>	

A N U A M E I O

- 01.11.01 COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO
Distribuído ao relator, Dep. PAULO MAGALHÃES.
- 07.11.01 COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO
Prazo para apresentação de emendas: 05 sessões.
- 14.11.01 COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO
Não foram apresentadas emendas.
- 12.06.02 COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO
Parecer do relator, Dep. PAULO MAGALHÃES, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com substitutivo.
- 24.06.02 COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO
Prazo para apresentação de emendas ao substitutivo: 05 sessões.
- 02.08.02 COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO
Não foram apresentadas emendas ao substitutivo.
- 12.03.03 COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO
Prazo para apresentação de emendas: 05 sessões.
- 19.03.03 COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO
Não foram apresentadas emendas.
- 16.06.03 COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO
Prazo para apresentação de emendas ao substitutivo: 05 sessões.
- 26.06.03 COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO
Não foram apresentadas emendas ao substitutivo.

ANDAMENTO

1		
2		PLENÁRIO
3	24.07.03	Matéria sobre a Mesa (REQUERIMENTO DE URGÊNCIA).
4		Não apreciado o Requerimento 1003/03 dos Senhores Líderes que solicita, nos termos do artigo 155 do RI, URGÊNCIA para
5		este Projeto, em face do adiamento da Ordem do Dia.
6		
7		DCD <u>25/07/03</u> , pag. <u>35012</u> , col. <u>01</u>
8		PLENÁRIO
9	29.07.03	Matéria sobre a Mesa (REQUERIMENTO DE URGÊNCIA).
10		Não apreciado o Requerimento 1003/03 dos Senhores Líderes que solicita, nos termos do artigo 155 do RI, URGÊNCIA para
11		este Projeto, em face da não-conclusão da apreciação da MPV 120/03, item I da pauta, com prazo encerrado.
12		
13		DCD <u>30/07/03</u> , pag. <u>35385</u> , col. <u>01</u>
14		
15		PLENÁRIO
16	30.07.03	Matéria sobre a Mesa (REQUERIMENTO DE URGÊNCIA).
17		Não apreciado o Requerimento 1003/03 dos Senhores Líderes que solicita, nos termos do artigo 155 do RI, URGÊNCIA para
18		este Projeto, em face do encerramento da sessão.
19		
20		DCD <u>31/07/03</u> , pag. <u>35648</u> , col. <u>01</u>
21		
22		PLENÁRIO (14:00 horas)
23	30.07.03	Matéria sobre a Mesa (REQUERIMENTO DE URGÊNCIA).
24		Retirado pelo Vice-Líder do PT, Dep Luiz Sérgio, o Requerimento que solicita a retirada de pauta do Requerimento 1003/03.
25		Questão de Ordem levantada pelo Dep Cabo Júlio versando sobre o fato de que a aprovação do requerimento de urgência
26		obriga - nos termos do artigo 157 do RI - que a matéria entre em discussão na sessão seguinte, ocupando o primeiro lugar na
27		Ordem do Dia. Respondida pela Presidência.
28		Em votação o Requerimento 1003/03.
29		Verificação da votação do Requerimento solicitada pelo Dep Arnaldo Faria de Sá, na qualidade de Líder do PTB, em razão do
30		resultado proclamado pela Mesa: "Rejeitado o requerimento", passou-se o mesmo a votação pelo processo nominal que resultou
31		em SIM-268; NÃO-1; ABST-0; TOTAL-269, logo, APROVAÇÃO do Requerimento 1003/03 dos Senhores Líderes que
32		solicita, nos termos do artigo 155 do RI, URGÊNCIA para este Projeto.
33		
34		DCD <u>31/07/03</u> , pag. <u>35754</u> , col. <u>02</u>

CONTINUA...

ANDAMENTO

PROJETO DE LEI Nº 3.464/00

(Verso da folha 02)

31.07.03

PLENÁRIO (14:00 horas)

Discussão em turno único.

Matéria não apreciada em face do encerramento do prazo regimental da Ordem do Dia.

OCD 01,08,03, pag. 36,28, col. 01

21.08.03

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

Aprovado unanimemente o parecer do relator, Dep. PAULO MAGALHÃES, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com substitutivo.

28.08.03

PRONTO PARA A ORDEM DO DIA

É lido e vai a imprimir, tendo pareceres da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com substitutivo e da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação.

(PL. 3.464-B/00).

30.09.03

PLENÁRIO

Discussão em turno único.

Matéria não apreciada em face do encerramento da sessão.

01.10.03

PLENÁRIO

Discussão em turno único.

Matéria não apreciada em face do encerramento da sessão.

CONTINUA...

ANDAMENTO

1		
2		PLENÁRIO
3	28.10.03	Discussão em turno único.
4		Matéria não apreciada em face do encerramento da sessão.
5		
6		
7		PLENÁRIO
8	29.10.03	Discussão em turno único.
9		Encerrada a discussão.
10		Votação em turno único.
11		Aprovação do Substitutivo adotado pela CCJR.
12		Em consequência fica prejudicado este Projeto inicial.
13		Votação da redação final.
14		Aprovação da Redação Final oferecida pelo(a) Relator(a), Dep
15		A matéria vai ao Senado Federal.
16		(PL. 3464-C/00).
17		
18		
19		MESA
20		Remessa ao SF, através do Of PS-GSE/
21		
22		
23		
24		
25		
26		
27		
28		
29		
30		
31		
32		
33		
34		



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 3.464-B, DE 2000

(Do Poder Executivo)

MENSAGEM Nº 1.087/00

Autoriza a transferência das cotas representativas da participação da União no capital da empresa "Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Conceição Ltda"; tendo pareceres: da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público pela aprovação (relator: DEP. RICARDO BARROS); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com substitutivo (relator: DEP. PAULO MAGALHÃES).

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE:

**TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54)**

APRECIAÇÃO:

Proposição sujeita à apreciação do Plenário

SUMÁRIO

- I - Projeto inicial
- II - Na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público:
 - parecer do relator
 - parecer da Comissão
- III - Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação:
 - parecer do relator
 - substitutivo oferecido pelo relator
 - parecer da Comissão
 - substitutivo adotado pela Comissão

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a doar, sem encargos, ao Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A., as 100.000 (cem mil) cotas representativas da participação da União no capital social da empresa Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Conceição Ltda.

Art. 2º Fica o Ministério da Saúde, juntamente com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional do Ministério da Fazenda, autorizado a adotar as medidas necessárias à transferência de que trata o art. 1º desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

Mensagem nº 1.087

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado, interino, da Saúde, o texto do projeto de lei que "Autoriza a transferência das cotas representativas da participação da União no capital da empresa "Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Conceição Ltda".



Brasília, 8 de agosto de 2000.

EM nº 079/GM

Em 15 de outubro de 1999

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o incluso projeto de lei, que tem por escopo obter autorização legislativa para a formalização dos atos que se fazem necessários para concluir a extinção da empresa Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Conceição Ltda. (SAE), que se encontra desativada desde 1985.

A empresa em extinção integra o patrimônio da União, em razão do que foi pactuado pelo Instrumento Particular de Transação celebrado pela União e pelo Espólio de Jahyr Boeira de Almeida e outros, nos autos da Apelação Cível nº 89.04.00154-4, em que foram partes acionistas do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A., Hospital Cristo Redentor S.A. e Hospital Fêmina S.A., desapropriados em 51% das ações constitutivas daquelas sociedades, nos termos do Decreto nº 75.403, de 20.2.75, alterado pelo Decreto nº 75.457, de 7.3.75.

Conforme formalizado no Termo de Transação (Cláusula III, fls. 2551), foram transferidas à União pelo espólio de Jahyr Boeira de Almeida, com a concordância dos respectivos herdeiros, 100.000 quotas da Empresa Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Conceição Ltda., tornando-se a União sócia minoritária dessa sociedade, que também tinha como quotistas o Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A., com 300.000 quotas (Sócio-Gerente), e o Hospital Cristo Redentor S.A., também com 300.000 quotas, num total de 700.000 quotas.

A empresa em extinção atuava no transporte aéreo de enfermos, medicamentos e serviços correlatos, vinculados à sua especialidade, de assistência médica e sanitária no território nacional. O Tribunal de Contas da União, por reiteradas vezes, ao examinar as contas da empresa em extinção, recomendou sua imediata liquidação. Na sessão de 14.3.91, ao examinar o processo de prestação de contas dos Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Conceição Ltda., referente ao exercício de 1989, a egrégia Corte *“resolveu julgar regulares as aludidas contas sem ressalvas, dando quitação aos responsáveis, e sem prejuízo de recomendação no sentido de imediata liquidação da empresa, uma vez que se encontra completamente desativada, no tocante ao cumprimento de seu objetivo social, desde 1985.”*

Em duas oportunidades já houve nomeação de representante da União para as medidas necessárias à extinção da mencionada empresa. Com efeito, a Portaria MS nº 1.085, de 13.8.90, publicada em 15.8.90, designou o Dr. Telmo Marques Weber para administrar os bens da empresa e a Portaria MS nº 965, publicada em 5.6.95, designou o Sr. Rogério Pires para propor as medidas necessárias à extinção da mesma.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, no Parecer PGFN/CRF Nº 726/91, esclareceu que o Procurador-Geral da Fazenda Nacional, ou Procurador da Fazenda Nacional por ele designado, poderia representar a União na assinatura do distrato social, como solicitado pelo Superintendente do Grupo Hospitalar Conceição, para atender à recomendação da Inspeção de Controle Externo do Tribunal de Contas da União – TCU, e no Parecer CRF/Nº 294/92, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, analisando minuta de distrato social encaminhada pelo Representante da União junto àquelas empresas, reportou-se ao parecer anterior e manifestou-se no sentido de que o Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A., na qualidade de Sócio-Gerente da empresa em extinção, deveria proceder à elaboração de projeto de lei autorizativa da transferência das quotas representativas da participação da União na empresa em extinção, para apreciação do Ministro da Saúde.

O Consultor Jurídico do Ministério da Saúde entendeu estar a medida sob o pálio da conveniência e da oportunidade, no campo discricionário, tendo como respaldo os argumentos que fundamentam a decisão do TCU (cf. Parecer nº 138/93, de 27.3.93, exarado no Processo nº 25000.013961/93-04).

O Departamento de Extinção e Liquidação, da Secretaria de Recursos e Tecnologia da Informação do então Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), após análise do assunto, emitiu, em 4/6/97, a Nota Informativa Deliq. nº 32, onde afirma a necessidade de autorização legislativa, de acordo com o disposto no § 2º do artigo 105 da Lei nº 4.320, de 17/3/64, ficando a cargo do Ministro da Saúde promover a deflagração do processo, ou das medidas de extinção da sociedade, com a conseqüente baixa nos registros da Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul.

Essas são as razões pelas quais proponho a Vossa Excelência o envio do projeto de lei ao Poder Legislativo, ou que determine a inclusão de seu texto em medida provisória, para obtenção dos meios legais com vistas a extinguir definitivamente a empresa Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Conceição Ltda.

Respeitosamente,



BARIAS NEGRI
Ministro de Estado da Saúde, interino

Aviso nº 1.326 - C. Civil.

Em 8 de agosto de 2000.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República relativa a projeto de lei que "Autoriza a transferência das cotas representativas da participação da União no capital da empresa "Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Conceição Ltda".

Atenciosamente,



PEDRO PARENTE
Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

A Sua Excelência o Senhor
Deputado **UBIRATAN AGUIAR**
Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados
BRASÍLIA-DF.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS-CeDI

CONSTITUIÇÃO
DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988

TÍTULO IV DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

CAPÍTULO I DO PODER LEGISLATIVO

Seção VIII Do Processo Legislativo

Subseção III Das Leis

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;

* Alínea "c" com redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 05/02/1998.

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública;

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva.

* Alínea "f" acrescida pela Emenda Constitucional nº 18, de 05/02/1998.

§ 2º A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por

cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

.....

.....

DECRETO Nº 75.403, DE 20 DE FEVEREIRO DE 1975.

(Revogado pelo Decreto s/n de 10/05/1991)

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, AS AÇÕES CONSTITUTIVAS DO CAPITAL DA SOCIEDADES ANÔNIMAS DENOMINADAS HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A., HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A., HOSPITAL FÊMINA S.A., E HOSPITAL CRISTO REDENTOR S.A., E AS QUOTAS CONSTITUTIVAS DO CAPITAL DA SOCIEDADE SERVIÇOS AÉREOS ESPECIALIZADOS MÉDICO-HOSPITALAR LIMITADA.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 81, item III, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

Considerando que as empresas Hospital Senhora da Conceição S.A., Hospital Fêmina S.A., Hospital Cristo Redentor S.A. e Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Limitada, integrantes do chamado Grupo Hospitalar Conceição, são responsáveis em seu conjunto, pelo mais amplo atendimento médico-hospitalar vinculado à Previdência Social, no Estado do Rio Grande do Sul;

— Considerando que os serviços de assistência médica, a cargo do Sistema Previdenciário Federal, mesmo quando prestados por intermédio de particulares, em convênio com a Previdência Social, não perdem a natureza de serviço público;

Considerando que essas entidades prestam serviços que se enquadram entre as hipóteses de desapropriação previstas pelo Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941;

Considerando que a direção dessas entidades, em caráter oficial, comunicou à Superintendência Regional do Instituto Nacional de Previdência Social, no Rio Grande do Sul, a decisão de suspender o atendimento médico-hospitalar prestado à

Previdência Social, criando, assim, uma situação de fato que impõe legítima a pronta intervenção do Poder Público para resguardar o interesse coletivo;

Considerando, finalmente, que a desapropriação das ações dessas propriedades constitui medida legal adequada para garantir, através da gestão das referidas entidades, não só a continuidade como também, expansão desses serviços assistências que constituem atribuição legal do Sistema Previdenciário Federal;

DECRETA:

Art 1º Ficam declaradas de utilidade pública, para desapropriação pela União, na forma do artigo 5º, alínea " g ", do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as ações constitutivas do capital das sociedades anônimas Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A., Hospital Fêmina S.A. e Hospital Cristo Redentor S.A., e as quotas constitutivas do capital da sociedade Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Limitada, sediadas no Estado do Rio Grande do Sul.

Art 2º Na forma e para os efeitos do artigo 15, do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, a desapropriação das ações de que trata este Decreto é declarada de caráter urgente.

Art 3º A desapropriação judicial autorizada por este Decreto será promovida pelo Ministério Público da União.

Art 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de fevereiro de 1975; 154º da Independência e 87º da República.
ERNESTO GEISEL

L. G. do Nascimento e Silva

DECRETO DE 10 DE MAIO DE 1991. -

RESSALVA OS EFEITOS JURÍDICOS DOS ATOS DECLARATÓRIOS DE INTERESSE SOCIAL OU DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO OU INSTITUIÇÃO DE SERVIDÃO ADMINISTRATIVA, MANTÉM AUTORIZAÇÕES PARA FUNCIONAMENTO DE EMPRESAS AOS DOMINGOS E FERIADOS, E REVOGA OS DECRETOS QUE MENCIONA.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e nas Leis nºs 605, de 5 de janeiro de 1949, e 4.504, de 30 de novembro de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Ficam ressalvados os efeitos jurídicos dos atos declaratórios de interesse social ou de utilidade pública para fins de desapropriação ou instituição de providência administrativa relativas a processos judiciais em curso ou àqueles transitados em julgado há menos de dois anos da vigência deste decreto.

Art. 2º Ficam mantidas as autorizações outorgadas mediante decreto a empresas, para funcionarem aos domingos e feriados, civis e religiosos.

Parágrafo único. O Ministro de Estado do Trabalho e da Previdência Social declarará, mediante portaria, as autorizações de que trata este artigo.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Declaram-se revogados os decretos relacionados no anexo.

Brasília, 10 de maio de 1991: 170º da Independência e 103º da República.

FERNANDO COLLOR

Jarbas Passarinho

Mário César Flores

Carlos Tinoco Ribeiro Gomes

Sócrates da Costa Monteiro

Antonio Cabrera

Antonio Magri

João Eduardo Cerdeira de Santana

ANEXO

(Decreto de 10 de maio de 1991)

.....
75.397, de 18 de Fevereiro de 1975;

75.403, de 20 de Fevereiro de 1975;

75.415, de 25 de Fevereiro de 1975;
.....
.....

DECRETO Nº 75.457, DE 7 DE MARÇO DE 1975.

(Revogado pelo Decreto s/n de 10/05/1991).

ALTERA DISPOSITIVOS DO DECRETO NÚMERO 75.408, DE 20 DE FEVEREIRO DE 1975, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição e nos termos do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

CONSIDERANDO que o recurso à desapropriação somente dever ser exercido nos estritos limites da necessidade ou utilidade pública e do interesse social;

CONSIDERANDO que a desapropriação da totalidade das ações constitutivas do capital social das empresas do Grupo Hospitalar Conceição foi autorizada pelo Decreto nº 75.403, de 20 de fevereiro de 1975, para garantir, plenamente, a continuidade dos serviços prestados à Previdência Social;

CONSIDERANDO que, após imitir-se na posse provisória dos bens dessas empresas, a União Federal verificou que a continuidade daqueles serviços pode ser garantida, com eficácia, mediante o simples controle administrativo dos Hospitais integrantes do Grupo, sem necessidade de desapropriar, também, a Sociedade Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Ltda.;

CONSIDERANDO que para exercer esse controle administrativo é necessário desapropriar apenas 51% (cinquenta e um por cento) das ações constitutivas do capital social efetivamente integralizado ou realizado, sem necessidade de extinguir as respectivas empresas; e

CONSIDERANDO, finalmente, que a extinção dessas empresas, reconhecidamente desnecessária, não seria compatível com a política governamental de apoio à iniciativa privada.

DECRETA:

Art 1º O artigo 1º do Decreto número 75.403, de 20 de fevereiro de 1975, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Ficam declaradas de utilidade pública, para desapropriação pela União, na forma do artigo 5º, alínea " g ", do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, 51% (cinquenta e um por cento) das ações constitutivas do capital efetivamente integralizado ou realizado das sociedades anônimas Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A., Hospital Fêmina S.A. e Hospital Cristo Redentor S.A., sediadas no Estado do Rio Grande do Sul".

Art 2º A desapropriação incidirá sobre o número de ações necessário a compor o percentual estabelecido no artigo anterior, distribuindo-se proporcionalmente ao número de ações de cada acionista e arredondando-se as frações para a unidade imediatamente superior.

Art 3º Para fixar-se o valor das ações desapropriadas, aplicar-se-á o critério estabelecido no artigo 107 do Decreto-lei nº 2.627, de 26 de setembro de 1940.

Art 4º Mantidas as demais disposições do Decreto nº 75.403, de 20 de fevereiro de 1975, o presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 7 de março de 1975; 154º da Independência e 87º da República.

ERNESTO GEISEL

L. G. do Nascimento e Silva

DECRETO DE 10 DE MAIO DE 1991.

RESSALVA OS EFEITOS JURÍDICOS DOS ATOS DECLARATÓRIOS DE INTERESSE SOCIAL OU DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO OU INSTITUIÇÃO DE SERVIDÃO ADMINISTRATIVA, MANTÉM AUTORIZAÇÕES PARA FUNCIONAMENTO DE EMPRESAS AOS DOMINGOS E FERIADOS, E REVOGA OS DECRETOS QUE MENCIONA.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e nas Leis nºs 605, de 5 de janeiro de 1949, e 4.504, de 30 de novembro de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Ficam ressalvados os efeitos jurídicos dos atos declaratórios de interesse social ou de utilidade pública para fins de desapropriação ou instituição de servidão administrativa relativas a processos judiciais em curso ou àqueles transitados em julgado há menos de dois anos da vigência deste decreto.

Art. 2º Ficam mantidas as autorizações outorgadas mediante decreto a empresas, para funcionarem aos domingos e feriados, civis e religiosos.

Parágrafo único. O Ministro de Estado do Trabalho e da Previdência Social declarará, mediante portaria, as autorizações de que trata este artigo.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Declaram-se revogados os decretos relacionados no anexo.

Brasília, 10 de maio de 1991; 170º da Independência e 103º da República.
FERNANDO COLLOR

Jarbas Passarinho

Mário César Flores

Carlos Tinoco Ribeiro Gomes

Sócrates da Costa Monteiro

Antonio Cabrera

Antonio Magri

João Eduardo Cerdeira de Santana

ANEXO

(Decreto de 10 de maio de 1991)

.....
75.429, de 27 de fevereiro de 1975;

75.457, de 7 de março de 1975;

75.460, de 7 de março de 1975;
.....
.....

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964.

ESTATUI NORMAS GERAIS DE DIREITO
FINANCEIRO PARA ELABORAÇÃO E CONTROLE
DOS ORÇAMENTOS E BALANÇOS DA UNIÃO,
DOS ESTADOS, DOS MUNICÍPIOS E DO
DISTRITO FEDERAL.

.....
TÍTULO IX
DA CONTABILIDADE

CAPÍTULO IV DOS BALANÇOS

Art. 105. O Balanço Patrimonial demonstrará:

- I - o Ativo Financeiro;
- II - o Ativo Permanente;
- III - o Passivo Financeiro;
- IV - o Passivo Permanente;
- V - o Saldo Patrimonial;
- VI - as Contas de Compensação.

§ 1º O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.

§ 2º O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

§ 3º O Passivo Financeiro compreenderá as dívidas fundadas e outras, cujo pagamento independa de autorização orçamentária.

§ 4º O Passivo Permanente compreenderá as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

§ 5º Nas contas de compensação serão registrados os bens, valores, obrigações, e situações não compreendidas nos parágrafos anteriores e que, imediata ou indiretamente, possam vir a afetar o patrimônio.

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIAS DE 2 DE JUNHO DE 1995

O Ministro de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto no artigo 93 da Lei nº 8.112, de 11/12/90, com a redação dada pelo artigo 22 da Lei nº 8.270, de 17/12/91, e ainda b, inciso I do item 2 da IN/SAF nº 10/93, resolve autorizar a cessão da seguinte servidora, pertencente ao Quadro de Pessoal deste Ministério, na forma abaixo indicada:

O Ministro de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições, e considerando que a União Federal é o acionista majoritário das sociedades Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. Hospital Cristo Redentor S.A. e cotista majoritário da empresa Serviços Aéreos Especializados Médico Hospitalar Conceição Limitada, resolve:

Nº 965 - Designar ROGÉRIO DALFOLLO PIRES para, na qualidade de representante da União Federal, administrar os bens da empresa Serviços Aéreos Especializados Médico Hospitalar Conceição Limitada, no Estado do Rio Grande do Sul, e, no prazo de 30 (trinta) dias, propor as medidas necessárias à extinção da mesma.

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIAS DE 13 DE AGOSTO DE 1990

O Ministro de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições, e tendo em vista que permanece inalterada a situação decorrente do despacho exarado em 14 de março de 1975, pelo Juízo da 2ª Vara da Justiça Federal, no Estado do Rio Grande do Sul, concedendo à União Federal imissão provisória na posse dos bens das sociedades Hospital Nossa Senhora da Conceição S/A, Hospital Fêmina S/A, Hospital Cristo Redentor S/A e Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Limitada, cujas ações constitutivas do respectivo capital foram declaradas de utilidade pública, para fins de desapropriação, pelo Decreto nº 75.403, de 20 de fevereiro de 1975, resolve:

Nº 1.085 - Designar o Doutor TELMO MARQUES WEBER para, como representante da União Federal, administrar os bens dos Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Limitada, no Estado do Rio Grande do Sul.

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 3.464, de 2000, objetiva autorizar o Poder Executivo a doar, sem encargos, ao Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A., as cem mil cotas representativas da participação da União no capital social da empresa Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Conceição Ltda.

Para tanto, dispõe que o Ministério da Saúde, juntamente com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, do Ministério da Fazenda, estarão autorizados a adotar as medidas necessárias para efetivação da transferência das referidas cotas.

Segundo a exposição de motivos que acompanha o projeto, da lavra do Sr. Ministro de Estado da Saúde, a doação se justifica pela necessidade de extinção definitiva da citada empresa, desativada desde 1985.

Compete-nos agora, na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, analisar o mérito da proposição, conforme disposto no art. 32, inciso XIII, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Esgotado o prazo regimental para apresentação de emendas ao projeto, nenhuma foi recebida.

É o relatório.


II - VOTO DO RELATOR

A proposição sob comento visa, em última análise, à obtenção dos meios legais para extinção definitiva da empresa Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Conceição Ltda, da qual a União Federal é sócia minoritária, contando com um sétimo das cotas da sociedade.

Segundo descrito na exposição de motivos, não há porque não se fazer a doação, permitindo, desta forma, que o Poder Executivo finde o processo de liquidação da referida sociedade, "uma vez que se encontra completamente desativada, no tocante ao cumprimento de seu objetivo social, desde 1985".

Assim, diante do exposto e tendo em vista a necessidade de autorização legislativa para que se dê andamento ao citado processo, somos pela APROVAÇÃO, no mérito, do Projeto de Lei nº 3.464, de 2000.

Sala da Comissão, em 13 de maio de 2001.


Deputado RICARDO BARROS
Relator

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou unanimemente o Projeto de Lei nº 3.464/00, nos termos do parecer do relator, Deputado Ricardo Barros.

Estiveram presentes os Senhores Deputados Freire Júnior, Presidente; Luiz Antonio Fleury e Herculano Anghinetti, Vice-presidentes; Alexandre Santos, Avenzoar Arruda, Candinho Mattos, Evandro Milhomen, Jair Menequelli, João Tota, José Múcio Monteiro, Laire Rosado, Luciano Castro, Paulo Roberto Pedro Celso, Pedro Corrêa, Pedro Henry, Ricardo Barros, Ricardo Rique, Vanessa

Grazziotin e Wilson Braga, Titulares; Almeida de Jesus, Almerinda de Carvalho, Arnaldo Faria de Sá, Edinho Bez, Euripedes Miranda, José Carlos Elias e Nârcio Rodrigues, Suplentes.

Sala da Comissão, em 5 de setembro de 2001.



Deputado FREIRE JÚNIOR
Presidente

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

I – RELATÓRIO

O projeto acima epigrafado, em seu art. 1º, dá autorização ao Poder Executivo para que doe, sem encargos, ao Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A., as cem mil cotas representativas da participação da União no capital social da empresa Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Conceição Ltda. O Ministério da Saúde e a Procuradoria da Fazenda Nacional ficam, pelo art. 2º do Projeto, autorizados a adotar as medidas necessárias à transferência anteriormente referida.

Ao procedimento foi anexada legislação referente à desapropriação do Hospital Nossa Senhora da Conceição S. A. e à empresa Serviços Aéreos Especializados Médico-hospitalar Ltda. Também se acostou exposição de motivos do Ministro da Saúde, Sr. Barjas Negri, que se refere à necessidade de autorização legal para a liquidação da empresa Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Conceição Ltda. A liquidação dessa empresa foi recomendada pelo Tribunal de Contas da União, em sessão de 14 de março de 1991.

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público ~~aprovou~~/unanimemente o Projeto ora em exame neste colegiado.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR


Cabe a esta Comissão examinar o Projeto, quanto à constitucionalidade, à juridicidade e à técnica legislativa, consoante o disposto na alínea a do inciso III do art.32 do Regimento Interno desta Casa.

A competência do Poder Executivo para deflagrar o processo legislativo está posta pelo art.62, II, e da Constituição Federal.

O Projeto é constitucional, jurídico, ainda que apresente problemas de técnica legislativa. No art. 1º, deve-se indicar tão somente por extenso o número de quotas; e, no art. 2º, em vez de Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional do Ministério da Fazenda, basta dizer Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Essas problemas serão eliminados através de Substitutivo oferecido por esta Relatoria.

Ante o exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.464, de 2000, na forma do Substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em 12 de Junho de 2002.


Deputado Paulo Magalhães
Relator

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 3.464, DE 2000

Autoriza a transferência das cotas representativas da participação da União no capital da empresa "Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Conceição Ltda."

O CONGRESSO NACIONAL DECRETA:

Art. 1º O Poder Executivo é autorizado a doar, sem encargos, ao Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. as cem mil cotas representativas da participação da União no capital social da empresa Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Conceição Ltda.

Art. 2º Ficam o Ministério da Saúde e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional autorizados a adotar as medidas necessárias à transferência de que trata o art. 1º desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 12 de Junho de 2002.


Deputado Paulo Magalhães
Relator

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com substitutivo, do Projeto de Lei nº 3.464-A/2000, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Paulo Magalhães.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Luiz Eduardo Greenhalgh - Presidente, Patrus Ananias, Eduardo Paes e Juíza Denise Frossard - Vice-Presidentes, Aloysio Nunes Ferreira, André de Paula, André Zacharow, Antonio Carlos Biscaia, Antônio Carlos Magalhães Neto, Bispo Rodrigues, Bosco Costa, Darci Coelho, Ibrahim Abi-Ackel, Ildeu Araujo, Inaldo Leitão, Jaime Martins, João Paulo Gomes da Silva, José Divino, José Eduardo Cardozo, Júlio Delgado, Marcelo Ortiz, Maurício Quintella Lessa, Mendes Ribeiro Filho, Mendonça Prado, Paulo Magalhães, Ricardo Fiuza, Roberto Magalhães, Robson Tuma, Rubinelli, Vicente Arruda, Vicente Cascione, Vilmar Rocha, Bernardo Ariston, Bispo Wanderval, César Medeiros, Coriolano Sales, Fernando de Fabinho, Gonzaga Patriota, Heleno Silva, Ivan Ranzolin, José Pimentel, Luiz Antonio Fleury, Manato, Mauro Benevides, Paulo Afonso, Paulo Lima, Promotor Afonso Gil, Rogério Silva, Washington Luiz e Zelinda Novaes.

Sala da Comissão, em 21 de agosto de 2003.


Deputado LUIZ EDUARDO GREENHALGH
Presidente

SUBSTITUTIVO ADOTADO - CCJR

Autoriza a transferência das cotas representativas da participação da União no capital da empresa "Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Conceição Ltda."

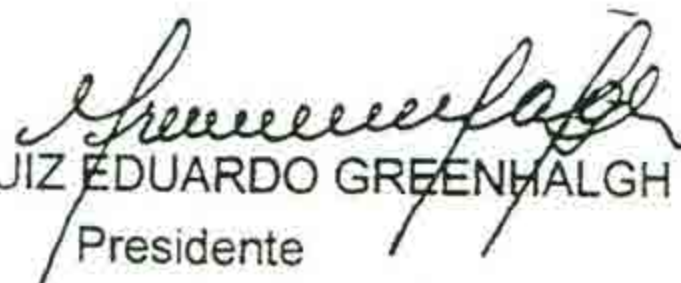
O CONGRESSO NACIONAL DECRETA:

Art. 1º O Poder Executivo é autorizado a doar, sem encargos, ao Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. as cem mil cotas representativas da participação da União no capital social da empresa Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Conceição Ltda.

Art. 2º Ficam o Ministério da Saúde e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional autorizados a adotar as medidas necessárias à transferência de que trata o art. 1º desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 21 de agosto de 2003.


Deputado LUIZ EDUARDO GREENHALGH
Presidente



CÂMARA DOS DEPUTADOS

OF 1874/05 – SF (Comunica que foi encaminhado à sanção o PL 3464/00 – CD)
Publique-se. Arquive-se.
Em: 23 / 8 / 05


SEVERINO CAVALCANTI
Presidente



Documento : 28579 - 9

Ofício nº *1874* (SF)

Brasília, em *17* de agosto de 2005.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Inocêncio Oliveira
Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Assunto: Comunicação de remessa de matéria à sanção.

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que, aprovado sem alterações pelo Senado Federal, em revisão, foi encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, para os fins constantes do art. 66 da Constituição Federal, o Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 2003 (PL nº 3.464, de 2000, nessa Casa), que “autoriza a transferência das cotas representativas da participação da União no capital da empresa Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Conceição Ltda.”

Atenciosamente,

PRIMEIRA-SECRETARIA

Em, *18* / *8* / *2005*

Ao Senhor Secretário-Geral da Mesa,

[Assinatura]
Deputado **INOCÊNCIO OLIVEIRA**
Primeiro-Secretário

Senador **EDUARDO SIQUEIRA** (Part. PSL)
Vice-Secretário

[Assinatura]

Ofício nº 2143 (SF)

Brasília, em 15 de setembro de 2005.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Inocêncio Oliveira
Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Assunto: Encaminha autógrafo de Projeto de Lei sancionado.

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, para os devidos fins, o incluso autógrafo do Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 2003 (PL nº 3.464, de 2000, nessa Casa), sancionado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República e transformado na Lei nº 11.174, de 6 de setembro de 2005, que “autoriza a transferência das cotas representativas da participação da União no capital da empresa Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Conceição Ltda.”

Atenciosamente,


Senador EFRAIM MORAIS
Primeiro-Secretário

6/9/2005



Autoriza a transferência das cotas representativas da participação da União no capital da empresa Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Conceição Ltda.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Poder Executivo é autorizado a doar, sem encargos, ao Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. as cem mil cotas representativas da participação da União no capital social da empresa Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Conceição Ltda.

Art. 2º Ficam o Ministério da Saúde e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional autorizados a adotar as medidas necessárias à transferência de que trata o art. 1º desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 17 de agosto de 2005



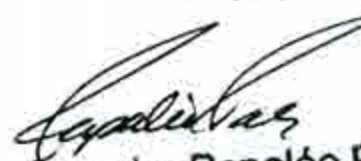
Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal

Mensagem nº 222, de 2005

Mensagem nº 581

Junta-se ao processado do
Projeto de Lei da Câmara nº
82, de 2003

Em 13/09/2005


Senador Papaléo Paes
Suplente de Secretário

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 66 da Constituição, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o projeto de lei que "Autoriza a transferência das cotas representativas da participação da União no capital da empresa Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Conceição Ltda". Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 11.174, de 6 de setembro de 2005.

Brasília, 6 de setembro de 2005.



Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
PLC nº 82 12/003
Fls 12 4

LEI Nº 11.174 , DE 6 DE SETEMBRO DE 2005.

Autoriza a transferência das cotas representativas da participação da União no capital da empresa Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Conceição Ltda.

O P R E S I D E N T E D A R E P Ú B L I C A
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte

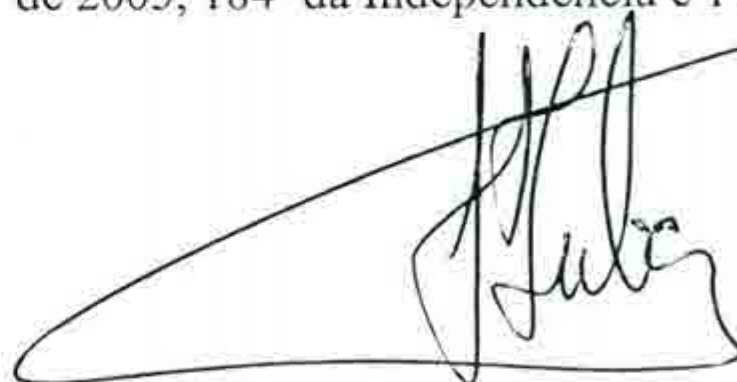
Lei:

Art. 1º O Poder Executivo é autorizado a doar, sem encargos, ao Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. as cem mil cotas representativas da participação da União no capital social da empresa Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Conceição Ltda.

Art. 2º Ficam o Ministério da Saúde e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional autorizados a adotar as medidas necessárias à transferência de que trata o art. 1º desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 6 de setembro de 2005; 184º da Independência e 117º da República.



Aviso nº 941 - C. Civil.

Em 6 de setembro de 2005.


A Sua Excelência o Senhor
Senador EFRAIM MORAIS
Primeiro Secretário do Senado Federal

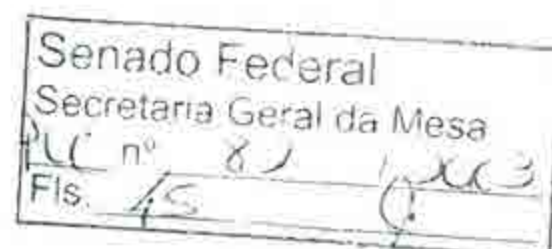
Assunto: Sanção presidencial.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República restitui dois autógrafos do texto aprovado do Projeto de Lei nº 82, de 2003 (nº 3.464/00 na Câmara dos Deputados), que se converteu na Lei nº 11.174, de 6 de setembro de 2005.

Atenciosamente,


DILMA ROUSSEFF
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República



Autoriza a transferência das cotas representativas da participação da União no capital da empresa Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Conceição Ltda.

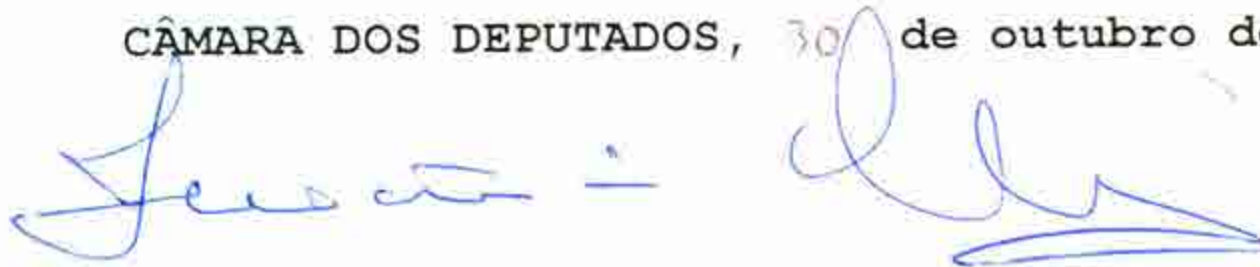
O CONGRESSO NACIONAL decreta:

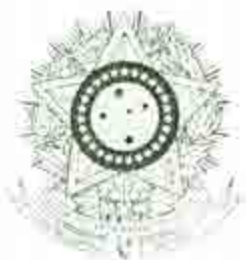
Art. 1º O Poder Executivo é autorizado a doar, sem encargos, ao Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. as cem mil cotas representativas da participação da União no capital social da empresa Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Conceição Ltda.

Art. 2º Ficam o Ministério da Saúde e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional autorizados a adotar as medidas necessárias à transferência de que trata o art. 1º desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 30 de outubro de 2003.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

OF 2143/05 – SF (Encaminha autógrafo do PL 3464/00 - CD)

Publique-se. Arquive-se.

Em: 27 / 10 / 05


ALDO REBELO
Presidente



Documento : 29237 - 3



MED. CAUT. EM AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.473-1 (7)
 PROCED.: DISTRITO FEDERAL
RELATOR: MIN. MARCO AURÉLIO
 REQTE(S): PARTIDO DA FRENTE LIBERAL - PFL
 ADV(A/S): ADMAR GONZAGA E OUTRO(A/S)
 REQ(X)(A/S): PRESIDENTE DA REPÚBLICA
 ADV(A/S): ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Decisão: Retirado da mesa do plenário por indicação do relator
 Presidência do Senhor Ministro Nelson Jobim. Plenário, 25.08.2005.

MED. CAUT. EM AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.505-3 (8)
 PROCED.: DISTRITO FEDERAL
RELATOR: MIN. MARCO AURÉLIO
 REQTE(S): PARTIDO POPULAR SOCIALISTA - PPS
 ADV(A/S): JULIANA CARLA DE FREITAS E OUTRO(A/S)
 REQDO(A/S): PRESIDENTE DA REPÚBLICA
 ADV(A/S): ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Decisão: Retirado da mesa do plenário por indicação do relator
 Presidência do Senhor Ministro Nelson Jobim. Plenário, 25.08.2005.

Secretaria Judiciária
ANA LUIZA M. VERAS
 Secretária

Atos do Poder Legislativo

LEI Nº 11.172, DE 6 DE SETEMBRO DE 2005

Institui o Dia Nacional de Combate à Pobreza.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA
 Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o dia 14 de dezembro como Dia Nacional de Combate à Pobreza.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
 Brasília, 6 de setembro de 2005; 184º da Independência e 117ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Presidente

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA CASA CIVIL IMPrensa NACIONAL

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
 Presidente da República

DILMA VANA ROUSSEFF
 Ministra de Estado Chefe da Casa Civil

ERENICE ALVES GUERRA
 Secretária Executiva da Casa Civil

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA
 Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO SEÇÃO 1

Publicação de atos normativos

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
 Coordenador-Geral de
 Publicação e Divulgação

ANA CRISTINA MARQUES BATISTA
 Coordenadora de Editoração
 e Divulgação Eletrônica

FRANCISCO DAS CHAGAS PEREIRA
 Coordenador de Produção

http://www.in.gov.br e-mail: in@in.gov.br
 Sitio: Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
 CNPJ: 04196643/0001-00
 Fone: 0800-619900

LEI Nº 11.173, DE 6 DE SETEMBRO DE 2005

Transforma as Faculdades Federais Integradas de Diamantina em Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA
 Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criada a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM, com natureza jurídica de autarquia, por transformação das Faculdades Federais Integradas de Diamantina - FAFEID, com sede e foro no município de Diamantina, Minas Gerais, e Unidade Acadêmica no município de Teófilo Otoni, vinculada ao Ministério da Educação.

Art. 2º A UFVJM terá por objetivo ministrar ensino superior de graduação e pós-graduação, promover atividades de extensão e desenvolver a pesquisa.

Art. 3º A UFVJM, observado o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, organizará sua estrutura e forma de funcionamento nos termos da lei, de seu Estatuto, de seu Regimento Geral e das normas legais pertinentes.

Parágrafo único. Enquanto não forem aprovados seu Estatuto e Regimento Geral, a UFVJM será regida pelo estatuto e regimento das FAFEID, no que couber, e pela legislação federal de ensino.

Art. 4º Passam a integrar a UFVJM, sem solução de continuidade, independentemente de qualquer formalidade, as unidades e respectivos cursos, de todos os níveis, atualmente ministrados pelas FAFEID.

Parágrafo único. Os alunos regularmente matriculados nos cursos ora transferidos passam igualmente a integrar o corpo discente da UFVJM, independentemente de adaptação ou qualquer outra exigência formal.

Art. 5º Ficam redistribuídos para a UFVJM todos os cargos, ocupados e vagas, pertencentes ao Quadro de Pessoal das FAFEID.

Art. 6º Para compor a estrutura regimental da UFVJM:

I - fica criado o cargo de Reitor, código CD-1;

II - fica criado o cargo de Vice-Reitor, código CD-2, por transformação do cargo CD-2 remanejado das FAFEID;

III - ficam criados, no âmbito do Ministério da Educação, 15 (quinze) Cargos de Direção - CD, sendo 4 (quatro) CD-3 e 11 (onze) CD-4, e 62 (sessenta e duas) Funções Gratificadas - FG, sendo 7 (sete) FG-1, 14 (quatorze) FG-2, 13 (treze) FG-3, 16 (dezesseis) FG-4 e 12 (doze) FG-5; e

IV - são remanejados para a UFVJM os Cargos de Direção - CD e as Funções Gratificadas - FG que, na data da publicação desta Lei, estiverem alocados às FAFEID.

Parágrafo único. Os cargos de direção e funções gratificadas ficam alocados na UFVJM de acordo com o Anexo desta Lei.

Art. 7º A administração superior da UFVJM será exercida pelo Reitor e pelo Conselho Universitário, no âmbito de suas respectivas competências, a serem definidas no Estatuto e no Regimento Geral.

§ 1º A Presidência do Conselho Universitário será exercida pelo Reitor da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM.

§ 2º O Vice-Reitor, nomeado de acordo com a legislação pertinente, substituirá o Reitor em suas ausências ou impedimentos legais e regulamentares.

§ 3º O Estatuto e o Regimento Geral da UFVJM disporão sobre a composição e as competências do Conselho Universitário, de acordo com a legislação pertinente.

Art. 8º O patrimônio da UFVJM será constituído:

I - pelos bens e direitos que integram o patrimônio das FAFEID, os quais ficam automaticamente transferidos, sem reservas ou condições, à UFVJM;

II - pelos bens e direitos que a Universidade vier a adquirir;

III - pelas doações ou legados que receber;

IV - por incorporações que resultem de serviços realizados pela Universidade.

Parágrafo único. Os bens e direitos da UFVJM serão utilizados ou aplicados, exclusivamente, para a consecução de seus objetivos, não podendo ser alienados a não ser nos casos e condições permitidos em lei.

Art. 9º Os recursos financeiros da UFVJM serão provenientes de:

I - dotações consignadas no Orçamento Geral da União, créditos especiais adicionais e transferências e repasses que lhe forem conferidos;

II - auxílios e subvenções que lhe venham a ser feitos ou concedidos pela União, Estados e Municípios ou por quaisquer entidades, públicas ou privadas;

III - recursos provenientes de convênios, acordos ou contratos celebrados com entidades e organismos nacionais e internacionais;

IV - resultados de operações de crédito e juros bancários, nos termos da lei;

V - receitas eventuais a título de retribuição por serviços de qualquer natureza prestados a terceiros; e

VI - saldo de exercícios anteriores, observado o disposto na legislação específica.

Art. 10. Fica o Poder Executivo autorizado a:

I - transferir saldos orçamentários das FAFEID para a UFVJM, observadas as mesmas atividades, projetos, operações especiais, com as respectivas categorias econômicas e grupos de despesas previstos na lei orçamentária, nos exercícios em que esta não tenha sido incluída como unidade orçamentária naquele instrumento legal;

II - praticar os demais atos necessários à efetivação do disposto nesta Lei.

Art. 11. As dotações orçamentárias necessárias ao atendimento dos encargos decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta do orçamento aprovado para as FAFEID, neste exercício.

Art. 12. Enquanto não se efetivar a implantação da estrutura organizacional da Universidade, na forma de seu Estatuto e do seu Regimento Geral, os cargos de Reitor e de Vice-Reitor serão providos **pro tempore**, conforme dispuser o Ministério da Educação.

Art. 13. O Ministério da Educação, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias da publicação desta Lei, adotará as providências necessárias à elaboração do Estatuto da UFVJM, a ser aprovado pela instância própria, na forma da legislação pertinente.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 6 de setembro de 2005; 184º da Independência e 117ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Presidente
Paulo Bernardo Silva

ANEXO

CARGO	REMANEJADOS DAS FAFEID	NOVOS	TOTAL
CD-1	0	1	1
CD-2	1	0	1
CD-3	1	4	5
CD-4	6	11	17
Subtotal	8	16	24
FG-1	8	7	15
FG-2	0	14	14
FG-3	0	13	13
FG-4	11	16	27
FG-5	0	12	12
Subtotal	19	62	81
TOTAL	27	78	105

LEI Nº 11.174, DE 6 DE SETEMBRO DE 2005

Autoriza a transferência das cotas representativas da participação da União no capital da empresa Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Conceição Ltda.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA
 Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Poder Executivo é autorizado a doar, sem encargos, ao Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. as cem mil cotas representativas da participação da União no capital social da empresa Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Conceição Ltda.



Art. 2º Ficam o Ministério da Saúde e o Procurador-Geral da Fazenda Nacional autorizados a adotar as medidas necessárias à transferência de que trata o art. 1º desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 6 de setembro de 2005; 184º da Independência e 117ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Presidente
José Sarney Filho


Consulta Tramitação das Proposições

Proposição: PL-3464/2000 **Autor:** Poder Executivo**Data de Apresentação:** 09/08/2000**Apreciação:** Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário**Regime de tramitação:** Urgência art. 155 RICD**Origem: MSC-1087/2000** **Situação:** MESA: Transformado em Norma Jurídica.**Ementa:** Autoriza a transferência das cotas representativas da participação da União no capital da empresa "Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Conceição Ltda".**Indexação:** AUTORIZAÇÃO, EXECUTIVO, TRANSFERENCIA, COTA, CAPITAL SOCIAL, UNIÃO FEDERAL, DOAÇÃO, HOSPITALAR, OBJETIVO, EXTINÇÃO, EMPRESA, SERVIÇO AEREO, ASSISTENCIA MEDICO HOSPITALAR.**Despacho:**


10/8/2000 - DESPACHO INICIAL A CTASP E CCJR (ARTIGO 54 DO RI) - ARTIGO 24, II. DCD 11.08.00, PÁG. 42240, COL. 01.

Pareceres, Votos e Redação Final


- CCJC (CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA)

PAR 1 CCJR (Parecer de Comissão) **PRL 1 CCJR (Parecer do Relator) - Paulo Magalhães** 


- CTASP (TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO)

PAR 1 CTASP (Parecer de Comissão) **PRL 1 CTASP (Parecer do Relator) - Ricardo Barros** **Substitutivos**

- CCJC (CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA)





SBT 1 CCJR (Substitutivo) - Paulo Magalhães **Requerimentos, Recursos e Ofícios**

- PLEN (PLEN)

REQ 1003/2003 (Requerimento de Urgência (Art. 155 do RICD)) - Líderes **Publicação e Erratas****Publicação A de 06/09/2001** **Última Ação:****6/9/2005** - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) - Transformado na Lei Ordinária 11174/2005. DOU 08 09 05 PÁG 02 COL 01.

Obs.: O andamento da proposição fora desta Casa Legislativa não é tratado pelo sistema, devendo ser consultado nos órgãos respectivos.

Andamento:	
10/8/2000	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) DESPACHO INICIAL A CTASP E CCJR (ARTIGO 54 DO RI) - ARTIGO 24, II. DCD 11.08.00, PÁG. 42240, COL. 01.
21/9/2000	Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) Recebido pela CTASP
30/4/2001	Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) Designado Relator: Dep. Ricardo Barros
7/5/2001	Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) Abertura de Prazo para Emendas ao Projeto
15/5/2001	Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) Encerrado o prazo para emendas. Não foram apresentadas emendas.
7/8/2001	Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) Parecer do Relator, Dep. Ricardo Barros, pela aprovação. 

5/9/2001	Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) Aprovado por Unanimidade o Parecer (PL. 3464-A/00). DCD 06 09 01 PÁG 42297 COL 02. 
17/9/2001	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Recebimento pela CCJR.
26/9/2001	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Parecer da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público publicado no DCD de 06/09/01, Letra A, Parcial.
1/11/2001	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Designado Relator: Dep. Paulo Magalhães
6/11/2001	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Abertura de Prazo para Emendas ao Projeto
14/11/2001	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Encerrado o prazo para emendas. Não foram apresentadas emendas.
12/6/2002	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Parecer do Relator, Dep. Paulo Magalhães, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com substitutivo. 
19/6/2002	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Abertura de Prazo para Emendas ao Substitutivo
1/8/2002	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Encerrado o prazo para emendas. Não foram apresentadas emendas ao substitutivo.
12/3/2003	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Abertura de Prazo para Emendas ao Projeto
19/3/2003	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Encerrado o prazo para emendas. Não foram apresentadas emendas.
16/6/2003	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Abertura de Prazo para Emendas ao Substitutivo a partir de 17/06/2003
25/6/2003	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Encerrado o prazo para emendas. Não foram apresentadas emendas ao substitutivo.
10/7/2003	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Vista ao Deputado Bosco Costa.
7/7/2003	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Devolução de Vista (Dep. Bosco Costa).
23/7/2003	PLENÁRIO (PLEN) Apresentação da Requerimento de Urgência (Art. 155 do RICD), REQ 1003/2003, pelo Líderes 
30/7/2003	PLENÁRIO (PLEN) Aprovado requerimento dos Líderes que requer urgência para apreciação do PL nº 3464/00.
30/7/2003	PLENÁRIO (PLEN) Alteração do Regime de Tramitação desta em virtude da aprovação do requerimento dos Líderes.
31/7/2003	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único
31/7/2003	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face do encerramento do prazo regimental da Ordem do Dia.
21/8/2003	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Aprovado por Unanimidade o Parecer
28/8/2003	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação publicado no DCD de 28/08/03 PÁG 40933 COL 01, Letra B. 

30/9/2003	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único
30/9/2003	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face do encerramento da Ordem do Dia.
1/10/2003	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único
1/10/2003	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face do encerramento da sessão.
28/10/2003	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
28/10/2003	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face do encerramento da sessão.
29/10/2003	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
29/10/2003	PLENÁRIO (PLEN) Discutiu a Matéria Dep. Henrique Fontana (PT-RS).
29/10/2003	PLENÁRIO (PLEN) Encerrada a Discussão
29/10/2003	PLENÁRIO (PLEN) Votação em turno único
29/10/2003	PLENÁRIO (PLEN) Aprovado o Substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.
29/10/2003	PLENÁRIO (PLEN) Prejudicado o Projeto Inicial
29/10/2003	PLENÁRIO (PLEN) Votação da Redação Final
29/10/2003	PLENÁRIO (PLEN) Aprovada a Redação Final oferecida pelo Relator, Dep Coriolano Sales.
29/10/2003	PLENÁRIO (PLEN) A matéria vai ao Senado Federal (PL 3464-C/00). DCD 30 10 03 PÁG 57883 COL 01. 
30/10/2003	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Remessa ao Senado Federal, através do Of PS-GSE/969/03.
6/9/2005	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Transformado na Lei Ordinária 11174/2005. DOU 08 09 05 PÁG 02 COL 01.

Nova Pesquisa



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS**PROJETO DE LEI Nº 3.464/00**

Nos termos do art. 119, *caput*, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o Sr. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação determinou a abertura e divulgação, na Ordem do Dia das Comissões, de prazo para recebimento de emendas ao substitutivo (5 sessões), no período de 17/06/2003 a 25/06/2003. Esgotado o prazo, não foram apresentadas emendas ao substitutivo.

Sala da Comissão, em 26 de junho de 2003.


Rejane Salete Marques
Secretária



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS**PROJETO DE LEI Nº 3.464/00**

Nos termos do art. 119, *caput*, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o Sr. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação determinou a abertura e divulgação, na Ordem do Dia das Comissões, de prazo para recebimento de emendas (5 sessões), no período de 13/03/2003 a 19/03/2003. Esgotado o prazo, não foram apresentadas emendas.

Sala da Comissão, em 20 de março de 2003.


p/ Rejane Salete Marques
Secretária

Coordenação de Comissões Permanentes

PROJETO DE LEI Nº 3.464, de 2000

(DO PODER EXECUTIVO)

Autoriza a transferência das cotas representativas da participação da União no capital da empresa "Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Conceição Ltda".

DESPACHO: 10/08/2000 - (ÀS COMISSÕES DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)

PRIORIDADE

11/08/2000 - DCD

21/09/2000 - À PUBLICAÇÃO

21/09/2000 - À CTASP

21/09/2000 - Entrada na Comissão

30/04/2001 - Distribuído Ao Sr. Deputado RICARDO BARROS

07/05/2001 - Aberto prazo para recebimento de emendas ao projeto.

15/05/2001 - Findo o prazo, não foram apresentadas emendas ao projeto.

07/08/2001 - Devolução da Proposição com parecer: favorável

29/08/2001 - Não apreciado.

05/09/2001 - Aprovado unanimemente o parecer do relator

06/09/2001 - DCD - LETRA A

17/09/2001 - Saída da Comissão

26/09/2001 - LETRA A - parecer da CTASP - PUBLICAÇÃO PARCIAL.